
011ª SESSÃO ORDINÁRIA 28FEV2018

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Registro a presença do Vereador Cezar Paulo Mossini, do Município de Canoas, na nossa Região Metropolitana. Ver. Mossini, seja sempre muito bem-vindo aqui à nossa Câmara, ela é sua!

O SR. SECRETÁRIO (José Freitas): O Ver. Valter Nagelstein solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 02 a 16 de março de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço, Ver. José Freitas.

Conforme o ajustado há duas Sessões, estamos recebendo o Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Vereador licenciado, Ramiro Rosário, que se ofereceu para vir à Câmara de Vereadores apresentar relatório sobre os assuntos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Convido o Secretário a fazer para da Mesa.

Antes, quero informar que a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Fernanda Melchionna trouxeram o assunto, houve uma decisão de Mesa. A Casa tem assessoria de imprensa, tem fotografia oficial, e a Casa sempre continuará acolhendo, como sempre acolheu, a imprensa com toda a sua liberdade. Ocorre que há o espaço dos assessores, o espaço da Taquigrafia, o espaço da Diretoria Legislativa, o espaço do Cerimonial, a sala de imprensa, inclusive, com sala para transmissão ao vivo, com isolamento acústico, de boletim de rádio aqui da Casa – estamos transmitindo ao vivo pelo Facebook. Como foi referido pelo André Carús na semana passada, a interação do Facebook é muito grande, é mais uma ferramenta de transparência da nossa Casa, de interação com a sociedade. E a imprensa está, diferentemente da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional, dentro do plenário da Câmara de Vereadores. No Congresso Nacional é fora, no salão verde; na Assembleia Legislativa é fora, não é no plenário. Na nossa Casa aqui, está a imprensa, está assegurado o sagrado direito do livre exercício do dever de informar, da nossa imprensa, e será assegurado sempre, dentro das regras a que estamos subordinados, todos nós, inclusive, os Vereadores, cada um com seu espaço.

O Sr. Ramiro Rosário está com a palavra.

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Muito obrigado, Presidente Valter. Eu fiz questão de falar aqui da tribuna, meus caros colegas, porque não estou tendo essa oportunidade, e sei da importância que essa tribuna tem, do papel que a nossa Câmara de Vereadores tem para promover o bom debate da Cidade. Mas, muito além disso, executar, fazer com que a gente consiga superar as dificuldades e encontrar o melhor caminho, juntos, a classe política conversando, se alinhando, o Executivo e o Legislativo, a nossa sociedade e a imprensa, que cumpre um papel fundamental, como referiu o nosso Presidente, Valter Nagelstein.

Hoje a minha presença aqui se dá devido a um pedido inicial do Ver. Cláudio Janta – pelo que eu vejo, ele não está no plenário. Quando iria ser votado aqui o pedido de comparecimento, fiz questão de visitar os colegas e me colocar à disposição para falar sobre o tema proposto, que é o serviço de capina nas nossas vias e também de roçada e de limpeza das nossas praças. Fiz questão de estar aqui, não pelo comparecimento, mas sim por uma forma de prestar contas do que estamos fazendo também com relação a esses dois temas que são muito caros – são muito caros não apenas no sentido figurado, mas também no balanço necessário para que esses serviços possam ser executados através das finanças do Município. Não poderia, Presidente Valter, iniciar sem fazer essa menção. Todos vocês, Vereadores, que têm a responsabilidade de fiscalizar os serviços da Cidade prestados ao contribuinte porto-alegrense têm reclamado, têm observado que alguns serviços não estão indo bem. E muito especialmente com relação à zeladoria urbana na nossa cidade de Porto Alegre, assim como uma pessoa que está enferma, assim como uma pessoa que está doente, a sua aparência também transparece que algo não vai bem. Para que os possamos ter serviços de qualidade a além da gestão eficiente desses serviços, é fundamental que nós tenhamos recursos, é fundamental que nós tenhamos orçamento, é fundamental que nós tenhamos condições de aprimorar a prestação desses serviços, e a Câmara de Vereadores tem um papel fundamental nisso, Presidente Valter Nagelstein. O Executivo, inclusive, já encaminhou aqui para esta Casa, porque aqui é o local do bom debate, é aqui o local da construção de uma série de medidas, uma série de propostas para que nós possamos saber qual é o tamanho da máquina administrativa que cabe dentro da cidade de Porto Alegre. Qual é esta Cidade real? Como nós poderemos avançar do debate simplista, do debate fácil de simplesmente

tapar um buraco quando há demanda ou então de apagar os incêndios que vão surgindo, aquele termo “enxugar de gelo”, que muitas vezes os governos e a máquina pública se contentam a ofertar a população? Nós precisamos superar o debate do corte da capina. Nós precisamos avançar no debate do corte daquelas despesas que não são mais suportadas pelo contribuinte porto-alegrense. Nós precisamos avançar nisso, e a Câmara de Vereadores tem um papel fundamental nesse quesito.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Com relação aos serviços, eu gostaria de fazer um breve comentário sobre as diferenças que nós temos na prestação dos serviços relacionados ao corte do mato, ao corte da grama nas nossas vias e praças. Estão elencadas ali quais as prerrogativas do serviço de capina. A capina é o serviço de roçada, ou seja, do corte da grama, com a retirada da vegetação do meio-fio e de locais onde não deveria haver vegetação. É aquela capina mecânica, ou, muitas vezes, é chamada, quem fez o Exército sabe, de capina cri-cri, ou de capina carioquinha, para que se possa retirar o mato de onde ele não deveria estar, também com o recolhimento desse material. A capina é um serviço mais amplo, um guarda-chuva dentro desses subitens relacionados.

A roçada. Nós temos também o serviço de roçada, que é o corte de grama que está dentro do contrato de limpeza urbana. São previstos cerca de 256 quilômetros de roçada linear, principalmente em avenidas da nossa Cidade, que são realizados dentro desse contrato de roçada, que se diferencia, portanto, do de capina.

Nós temos também os serviços em praças, que é o serviço de limpeza de praças, que migrou da SMAMS para o DMLU na última gestão, segue neste departamento e prevê capina, varrição, limpeza de lixeiras e roçada. Coincidentemente, os três serviços são prestados pela mesma prestadora, mas, como bem sabem os senhores, os contratos não se misturam, inclusive, com a possibilidade de apontamento do Tribunal de Contas. São, portanto, serviços distintos.

Aqui temos o que foi realizado desde janeiro de 2017 com relação à roçada dentro do contrato de limpeza urbana, em que são previstos 256 quilômetros. A prestadora de serviços não estava entregando, no final do mês, os 256 quilômetros, e foi, então, notificada, foi conversado, e ela agora incluiu mais uma equipe, que ficará apenas

fazendo o serviço de roçada ao longo da Av. Ipiranga. Então, pulou de seis para sete equipes, com uma equipe exclusiva na Av. Ipiranga.

O contrato de capina em vias públicas. Na última vez, tive a oportunidade de conversar com o Ver. André Carús, que esteve à frente do Departamento, e ele relatou todas as tentativas e as dificuldades enfrentadas para que se pudessem superar os imbróglis e as questões burocráticas vinculadas ao contrato de capina, pois desde 2011 a Cidade não tinha esse serviço licitado. Nesse período, foram dez contratos emergenciais executados, sucessivos, para que a Cidade não fosse penalizada pela não prestação do serviço licitado. No ano de 2017, logo quando assumimos, a empresa que prestava o serviço de capina de forma emergencial deixou de realizar esse serviço. Como houve aquela questão do não pagamento das dívidas deixadas de 2016 e do programa de parcelamento proposto pela Secretaria da Fazenda, essa empresa abandonou o serviço. Nós não tivemos, portanto, uma quilometragem de capina realizada em janeiro e fevereiro, e em março foi realizado o décimo contrato emergencial, antes referido, por uma empresa que permaneceu 180 dias, e, ao longo desse período, tivemos o trâmite do processo licitatório que, infelizmente, não foi concluído devido a uma série de ações judiciais das empresas interessadas. Então, em final de setembro e início de outubro tivemos o término do contrato emergencial, estava ainda em período de recursos, razões e contrarrazões dos recursos propostos pelas empresas no processo licitatório, e nós conseguimos, finalmente, executar essa contratação, que se iniciou no dia 5 de janeiro e entrou de forma escalonada.

Faço um breve histórico de todos os trâmites de todas as questões vinculadas à contratação de capina, desde 2011 – esse material ficará à disposição dos Vereadores, para que possam compreender essa situação e esclarecer dúvidas. Mas vocês podem ver que nós tivemos impugnação do processo licitatório; nova licitação, que foi suspensa por mandado de segurança; reabertura do pregão; o Tribunal de Contas fez uma medida cautelar suspendendo a licitação; em 2014, não tivemos movimentação; em 2015, uma nova medida cautelar; suspensão a licitação, que é revogada; depois uma nova licitação fracassada devido a falta de atestado técnico das empresas; em 2016, a reabertura do pregão, fracassada novamente devido a falta de qualificação técnica das empresas; em julho de 2016, uma nova licitação, que foi suspensa por mandado de segurança; em 2017, então, foi concluído o processo licitatório. A empresa que venceu foi inabilitada, a

segunda colocada também foi inabilitada, depois foi chamada a terceira colocada, que é a Cootravipa, e houve uma série de recursos administrativos e também judiciais propostos por essas empresas. A Cootravipa chegou a ser rejeitada para prestar o serviço, devido a uma liminar; a B.A., a quarta colocada, foi chamada para negociação; e, depois, a Cootravipa conseguiu uma outra liminar, que, aí sim, acabou entrando dentro do processo licitatório. Concluído esse processo, iniciou o serviço no dia 05 de janeiro, de forma escalonada, porque ela poderia iniciar até o dia 20 de janeiro, e em negociação com a empresa, até mesmo pelas questões técnicas envolvendo a prestação desses serviços, como mobilização de operários, mobilização de equipamentos, ela entrou de forma escalonada, e no dia 21 nós já tínhamos o contrato a pleno.

Aqui, demonstra a importância de nós termos um serviço licitado, além de ter uma garantia melhor com relação ao tempo. Um contrato emergencial prevê 180 dias de serviço, e o contrato licitado são 12 meses, podendo ser renovado por cinco anos. Aqui demonstra a evolução dos preços do quilômetro de capina ao longo desses anos, chegamos, inclusive, a ter o quilômetro de capina, em setembro de 2016, no valor de R\$ 797,00; o contrato emergencial que realizamos em março de 2017 já caiu para R\$ 672,00; e, agora, nós temos o quilômetro de capina, no contrato licitado, por R\$ 625,00.

O contrato de capinas em vias urbanas, portanto, prevê 4.700 quilômetros de vias capináveis – são aquelas vias que são passíveis de receber esse tipo de serviço. A nossa prioridade para a largada desse serviço, no dia 5 de janeiro, foram os bairros onde nós tivemos o maior número de reclamações do 156, bem como aqueles bairros onde a violência urbana é sabida e a questão da conservação dos espaços contribui diretamente. A previsão do corpo técnico para que nós possamos entrar num estágio de manutenção desse serviço, até mesmo pelo tempo que se ficou sem o mato ser cortado, com o mato crescendo, muito especialmente no verão, é no final de março, início de abril – nós já entramos num estágio de manutenção desse serviço.

Portanto, validade de 12 meses, renováveis por mais 60, e o valor do quilômetro do meio-fio é R\$ 625,00. É importante também frisar que esse contrato prevê algumas inovações, muito especialmente no controle e na fiscalização dos serviços. Se a prestadora de serviços não realizar a programação prevista, digamos que ela tenha que realizar os 2 mil quilômetros previstos para os meses de verão, se ela realizar apenas mil quilômetros, além de ser remunerada apenas pelo serviço que efetivamente executou, também sofre

multas pesadas, progressivas, inclusive nos meses em que ela deixar de prestar esse serviço; portanto poderá ser penalizada também pela não prestação do que foi programado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Esse serviço também prevê a sazonalidade. Todos sabem aqui, especialmente os que têm casa, que o mato cresce mais rápido no verão; portanto, nos meses de calor, no verão, a empresa tem que entregar, mensalmente, para a Cidade, 2 mil quilômetros de vias capinadas; nos meses intermediários, 1,5 mil quilômetro; no inverno, quando esse serviço de manutenção não é tão necessário, ou melhor dizendo, o mato não cresce tão rápido, mil quilômetros.

Sobre o contrato de capina em praças, na verdade é um contrato de limpeza de praças: muitas vezes acontece de o cidadão, até mesmo no gabinete dos senhores, acabarem dizendo que estiveram em determinada via, onde foi feita a capina, mas não fizeram na praça. Pois bem, são serviços diferentes, são contratos diferentes! Temos um contrato atual, que entrou em vigor em outubro de 2016, cuja capacidade é de cerca de 200 praças por mês. Este contrato remunera por homem/hora e não por produtividade; remunera por números de equipes e não por número de praças entregues; inclusive em uma conversa com o próprio Ver. Carús, que estava à frente do Departamento e participou dessa discussão, a nossa observação é que esse contrato é totalmente insuficiente para aquilo que a Cidade realmente precisa. Por isso mesmo, encaminhamos um novo processo licitatório, prevendo maior produtividade, com cláusula de desempenho e também uma fiscalização mais eficiente sobre o serviço prestado, pelo mesmo valor hoje em vigor. Sobre a publicação da programação: todos vocês, muitos recebem, inclusive faço questão de encaminhar que a nossa Liderança de Governo tem a programação dos serviços; Ver. Valter, isso é fundamental, não apenas para dizer que está sendo feito. A publicação da programação de serviços não serve meramente para isso, mas, sim, para que possamos ter, da parte da imprensa, dos cidadãos e dos Vereadores, bem como dos seus gabinetes, uma fiscalização eficiente desse serviço, não só da sua qualidade, como da sua efetiva execução. Diariamente, nós publicamos no *site* da Prefeitura, nas redes sociais, quais as praças que estão recebendo os serviços naquele dia. Também são publicados quais os pontos de luz, com endereço, inclusive, que receberão a manutenção da iluminação pública. Mensalmente, é publicada a capina em vias públicas. E a nossa equipe já trabalha agora também para que possamos,

diariamente, publicar onde estão as equipes executando aquele serviço que mencionei antes para vocês, que é o de capina nas vias urbanas.

Então, é isso. Mas eu venho aqui justamente para poder esclarecer para vocês em que pé nós estamos na execução e na prestação desse serviço, por que houve esse atraso nessa execução, frisando sempre que a questão financeira é primordial para o bom andamento do serviço.

Nós tivemos, no ano passado, o atraso do pagamento de fornecedor, inclusive, do fornecedor do serviço de limpeza de praças; isso acarretou uma paralisação desse serviço, inclusive, o próprio Presidente Valter esteve, como Vereador, participando das negociações com a prestadora de serviços no Paço Municipal, e outros dos senhores também estiveram naquela oportunidade. Nós tivemos a paralisação do serviço, justamente, pela questão do atraso do pagamento de fornecedores. E isso deverá ocorrer novamente, caso nós não tenhamos aquele equilíbrio financeiro, que comentei logo no início, de sabermos qual é o peso da máquina pública, qual é o peso dessa estrutura administrativa que realmente a nossa cidade Porto Alegre, e muito especialmente seus contribuintes, é capaz de suportar.

Fico à disposição para que possamos aqui esclarecer algumas dúvidas. Também faço o registro de que nós temos aqui dois assessores da nossa Secretaria, que é o Felipe Teles e o Leandro Santiago, que têm feito a interlocução junto aos gabinetes dos Vereadores, para que questões pontuais de demandas, de serviços possam ser bem atendidos ou esclarecidos quando não tivermos condições de executar.

Gostaria, Ver. Valter, de fazer uma menção – eu vi que está hoje na Ordem do Dia, no ponto dois: nós temos aqui um projeto de lei de autoria do Ver. Cláudio Janta, com uma proposta de que seja determinado que, em vias públicas de grande circulação, a coleta e o transporte dos resíduos sólidos ou pastosos ocorra das 20h às 7h. Fazendo uma nova menção ao Ver. André Carús, que dirigiu o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, essa proposta aqui, obviamente, encarecerá, caso aprovada, a prestação do serviço de coleta não apenas pelo adicional noturno – o Ver. Cláudio Janta tem essa luta, essa frente, é sindicalista, acompanha e fiscaliza isso –, inclusive na iniciativa privada. Quem trabalha à noite tem um adicional, o que encarece o contrato. Não apenas isso, mas por questão de logística também, hoje, se o prestador de serviços precisa de um caminhão para executar, digamos, três bairros nos períodos da manhã, tarde e noite, se ficar

limitado o uso das avenidas e das vias de maior circulação em toda a Cidade para que ele possa atender apenas no período da noite, sem sombra de dúvidas, além de material humano, ele precisará também de novos equipamentos, novos caminhões para poder cumprir com essa exigência. Então isso encarecerá muito esses contratos da coleta automatizada. São dois, um na região central e um nos bairros mais afastados; ainda na região central, também da coleta manual orgânica, que é aquela tradicional do caminhão com os garis correndo atrás. Então eu sugiro aqui ao Ver. Cláudio Janta que avalie esta questão do encarecimento dos contratos vinculados ao sistema de coleta de lixo. A proposta, obviamente, é interessante, mas, quem sabe, ela pode ser apresentada num momento mais oportuno, devido à crise financeira, e que esse debate não morra, mas possa ser discutido mais à frente pela Cidade. Muito obrigado a todos e sigo à disposição. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Secretário Ramiro Rosário, Vereador licenciado. Eu o convido para sentar-se à Mesa. Só quero dizer que a assessoria do Ver. Cláudio Janta me informou que ele está em consulta médica, por isso não chegou ainda aqui, e registro também que era requerimento do Vereador, que acabou sequer sendo votado, na medida em que o próprio Secretário Ramiro compareceu à Câmara de Vereadores e se ofereceu para vir no dia de hoje.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Presidente Valter Nagelstein; caríssimo Ramiro Rosário, nosso colega, agora titular da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, nossa SMSUrb, sob sua direção, um conjunto de atividades. Começarei pela questão dos resíduos sólidos. No passado, em 2000, mais ou menos, eu levantei a importância da containerização do lixo em Porto Alegre, pegando o exemplo de Barcelona, Ver. Pablo. Aí nós vimos que aqui perto, em Caxias do Sul, começou um processo ousado de recolhimento dos resíduos: dois contêineres, Ver.^a Fernanda Melchionna, um para o lixo seco, reciclável, com boca de lobo, para que ninguém possa retirar nada de dentro; e um outro para o lixo orgânico. Depois, acompanhando a literatura sobre resíduos sólidos, sobre a questão do reaproveitamento, vejo novamente que, em Barcelona, tem um local onde se larga o lixo e com uma pressão o lixo é sugado para um determinado local. Mas,

eis que aqui perto, Ver. André Carús, Ver. Pablo – com quem eu conversava há pouco –, nós podemos ir a Paulínia, em São Paulo, onde há dois recipientes que parecem ser pequenos para a colocação de lixo, mas cai lá embaixo, num lugar onde há condições de recolher 700 litros de resíduos. Não é retirado no dia a dia, e não tem como alguém tirar, espalhar pela cidade. Não, fica lá dentro, e o caminhão não precisa passar todos os dias. De semana em semana, vem um caminhão e recolhe aquele resíduo, fica a rua toda limpa, fica tudo bonito, organizado. Isso é em Paulínia, São Paulo. Nem fui pesquisar quem é o Prefeito, não interessa quem é o Prefeito. Foi feita uma coisa bacana, isso foi feito!

Aqui no Facebook se vende a ideia de que, por exemplo, em Paris há até lugares para plugar e carregar os celulares. Mas a realidade não está no Facebook; a realidade, de fato, está na rua. E eu tenho tentado ajudar o colega Vereador e hoje Secretário Ramiro Rosário. Eu aponto, sistematicamente, ao Secretário – não só a ele, diga-se de passagem, a outros também, e poucos respondem. Tirando o Secretário Ramiro e o Secretário Erno, os dois são aqueles que mais atentamente têm divulgado e respondido questões para nós. Nós temos direito de termos as respostas, e o senhor e os seus colegas têm o dever de fazê-lo. E nós estamos fazendo isso. O Secretário me perguntou: “Aumentou a roçagem, a capina?” Sim, o corte aumentou. Nós estamos vendo que agora tem um novo contrato em funcionamento.

Voltando aos resíduos, eu quero aqui dizer, especialmente aos colegas com que eu conversava antes, o Ver. Pablo e o Ver. Carús, que nós temos que ter a Paulínia; é perto, não custa muito, vamos ver por que Paulínia pode ter esse recolhimento dos resíduos sólidos. E Porto Alegre, que foi cantada em verso e prosa, uma das cidades mais bonitas do Brasil, foi a terceira cidade, sob todos os aspectos, econômicos, sociais, no passado, e hoje virou uma cidadezinha provinciana, com lixo por todos os lados, com sujeira, moradores de rua, com posições controversas, querendo vender Carris, vender Procempa, acabar com a FASC, etc. O “Exterminador do Futuro” é um filme, e ele não estará à disposição no presente e no futuro em Porto Alegre.

Ramiro, nós continuaremos esse diálogo, nós somos gente civilizada, nós temos uma cidade para as pessoas, uma cidade bacana, por isso nós estamos aqui. Viva Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Quero saudar aqui o nosso Secretário, que nos dá a alegria de vir aqui à Câmara Municipal, Sr. Ramiro, Secretário Municipal de Serviços Urbanos; como também as colegas Vereadoras e Vereadores e público que acompanha nossa Sessão nesta tarde. Eu estava ouvindo atentamente o que o Secretário colocou para nós, em função de nós, inclusive, termos dito aqui em muitas manifestações que a Cidade está abandonada. Exatamente, Ramiro, porque nós percebemos que, em muitos lugares da Cidade, o mato tomou conta, muitas das bocas de lobo estão trancadas em função da falta de limpeza. Agora, V. Sa. traz para nós um calendário de ações ou de compromissos com esses contratos renovados. Primeira pergunta que eu faria, nobre Secretário: em quanto tempo nós teríamos uma certa estabilidade ou da efetivação das roçadas em todas a nossa Porto Alegre. Por que isso? Caso contrário, vêm demandas muito pontuais, seja pelo 156 ou até para a Câmara de Vereadores, dizendo que, na frente da escola tal ou na frente de um posto de saúde, o mato tomou conta. E aí as pessoas ficam, de uma certa forma, apreensivas, porque aquele mato acaba impedindo que as crianças e adolescentes, agora, no início das aulas, transitem pelo passeio da calçada e acabem indo pela rua. Não foi diferente de uma reportagem dos órgãos da imprensa no dia de hoje. Acho que tem uma questão muito pontual agora, é esta emergência, na medida em que V. Sa. diz que os contratos foram renovados. Tem pontos estratégicos que devem ser os primeiros, ou seja, na frente de escolas, creches, postos de saúde ou denúncias de localização de entulhos que possam provocar o acúmulo de água que, em virtude das fortes chuvas, pode permitir a proliferação de mosquitos da dengue por estarmos no verão.

Também quero nesta manifestação, Ramiro, dizer que me proponho a ir junto contigo, com a equipe, lá na Rua da Represa, que fica na região leste de Porto Alegre, onde há pouco tempo ocorreram fortes chuvas. Lá, a chuva atingiu centenas de famílias, onde, inclusive, uma senhora perdeu sua vida. Isso ocorreu, pois esses dutos eram insuficientes para quantidade de água que por ali escoou – qualquer chuva forte transborda pela rua e por cima dos bueiros. Então, acho que temos de fazer ações de médio e longo prazo para

estabelecer uma solução para aquela região, a Região Leste, especialmente para a Rua da Represa.

Queria fazer aqui um apelo: que V. Sa. ressuscite ou reative o Projeto Bota-Fora. Falo isso, porque funcionava muito bem. Uma vez por semana, em algum bairro da Cidade, tínhamos a retirada desses entulhos que não são reciclados, que não são orgânicos, como sofás velhos, madeiras, móveis quebrados, sofás inutilizados e assim por diante. Isso nos ajuda a eliminar grande parte dos focos ou depósitos de lixo na Cidade, ou entulhos que, por incrível que pareça, aparecem do dia para a noite e não se sabe de onde. Acho que o Projeto Bota-Fora funcionou bem em diversos governos, e não seria diferente agora neste governo, porque isso é uma questão de saúde pública. Isso nos ajuda e acredito que os CARs Regionais podem ajudar muito na divulgação regional. “Nesta região, nos dias tais, passará o Bota-Fora, em tal horário.” Isso ajudaria consideravelmente a eliminar vários focos de entulhos e a não tapar as bocas de lobo, pois, a cada chuva que acontece, infelizmente, as enxurradas são permanentes em nossa Cidade. Muito obrigado e bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nosso colega Vereador e hoje Secretário Municipal de Serviço Urbano Ramiro Rosário – cumprimentos pelo seu comparecimento aqui nesta Casa. Subo a esta tribuna para elucidar um pouco do que foi apresentado na exposição feita pelo Secretário. Primeiro, quero salientar que o recurso do contrato emergencial não é uma opção das mais confortáveis para o gestor, mas, em áreas que executam serviços essenciais como a limpeza urbana e pelos diversos impasses que acabam se impondo, sejam eles de ordem judicial ou por intervenção dos órgãos de controle, ou até mesmo pela disputa que existe na concorrência entre as empresas, o serviço não pode deixar de ser prestado, e é preciso, então, previsto pela Lei nº 8.666, de licitações, em nível federal, recorrer às contratações emergenciais. E foi bom que se apresentou uma linha do tempo sobre o

serviço da capina, quais foram as reais motivações para que ao longo de todos esses anos a gestão anterior e também a atual tivessem que se valer dos contratos emergenciais. O próprio contrato da limpeza urbana tem valores muito superiores ao da capina, porque também tem serviços maiores. Hoje, o contrato da limpeza urbana está em caráter emergencial, pelas mesmas razões que fizeram a capina estar nessa condição – felizmente isso foi sanado. Hoje são colhidos os frutos, nesse serviço de capina, de um diálogo exaustivo da Prefeitura de Porto Alegre, da área técnica do Departamento Municipal de Limpeza Urbana com o próprio Tribunal de Contas que apresentava algumas divergências com as planilhas de custos até então desenvolvidas pela área técnica. O processo licitatório que levou a efeito, adjudicou o objeto a uma empresa vencedora, é resultado da última gestão. Felizmente, é a Cidade quem ganha. Não há disputa entre quem executou melhor ou quem executou com mais competência a capina na Cidade. O que queremos é que o cidadão se sinta satisfeito e atendido pelos serviços essenciais, sobretudo da limpeza urbana.

Também quero fazer outra ponderação que julgo importante, sobre o contrato voltado à limpeza das praças. No segundo semestre de 2016, a responsabilidade era da SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, hoje, SMAMS – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade. A decisão do centro de Governo da gestão anterior foi transferir para o DMLU essa responsabilidade, porque era necessário qualificar a sincronização dos serviços. Ao mesmo tempo em que o DMLU varria uma rua ou executava um serviço de roçado em um canteiro, não tinha porque a SMAM voltar 30, 60 ou 90 dias depois para fazer a limpeza da praça, porque criava um ambiente muito ruim. A lógica dessa decisão foi a sincronização. E por que hoje a atual gestão diz que o contrato de praças é insuficiente para atender a demanda? Pelas mesmas razões que a atual gestão justifica que não consegue executar certos serviços. Na época, a decisão por reduzir quantitativos foi da Secretaria da Fazenda, adequada à realidade financeira do Município. A planilha original de custos e equipes para o contrato de praças hoje em vigor era uma, adequamos à realidade – foi possível. E, se tiver que fazer um ajuste por meio de uma nova licitação, por meio de um aditivo, que seja feito, porque não é incompetência de ontem ou mais competência de hoje. A Cidade é viva, e as demandas são crescentes, e é preciso adequar a prestação de serviços para essa finalidade.

Por fim, eu quero fazer aqui duas observações com relação ao DEP. Esta Casa, com o meu voto contrário e de muitos outros colegas Vereadores, extinguiu o Departamento de Esgotos Pluviais, e há um sombreamento e uma dúvida da população e também dos Vereadores sobre quem executa hoje, de fato, aquilo que anteriormente era demandado ao DEP, se é a Secretaria de Serviços Urbanos, se é o DMAE, se é a Secretaria de Mobilidade Urbana e Infraestrutura – existe essa dúvida, e a maior dúvida está no cidadão. E é preciso, Secretário, que V. Exa. nos instrua e também faça uma campanha de conscientização com a população para saber quem executa limpeza de boca de lobo; quem, por exemplo, repõe o repavimento asfáltico nas tampas que são do DEP – para citar dois exemplos. A Cidade tem alagado com uma frequência maior do que antes, claro que a população também precisa colaborar mais, descartando o seu lixo de maneira correta, mas a prefeitura precisa dizer onde, de fato estão, todas as competências do DEP e quais órgãos estão executando.

Eu quero fazer um apelo final. O Ver. Oliboni referiu aqui o Bota-Fora, e eu lhe peço: revise a posição do Governo do papel desempenhado pela assessoria comunitária e serviço de assessoria socioambiental, que fazia um belíssimo trabalho educativo junto à Cidade. É fundamental, e vai trazer bons frutos, porque os focos de lixo estão aumentando, e a educação ambiental, junto com o serviço bem feito, cumpre um papel decisivo para superar essa dificuldade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas. Secretário Ramiro, o senhor tem sido muito lembrado pela cidadania, que tem percebido a falta da capina que é a mais evidente, aquilo que o cidadão percebe no dia a dia, porque vê que há um descuido flagrante com a Cidade. Então, quanto a isso eu não gostaria de ficar nesse tema, porque, provavelmente, é o tema que o senhor mais recebe, não deve lhe faltar demanda para lhe sensibilizar, e sabemos das dificuldades financeiras. Mas não percebemos nenhum movimento do Município e da sua pasta em direção a convocar a cidadania para colaborar num processo educativo, participativo inclusive de limpeza da

Cidade. Toda política moderna público parte do pressuposto humilde do gestor de que precisa da ajuda da cidadania e não apenas colocar o fato da limitação dos recursos.

Eu queria focar na questão da coleta dos resíduos da Cidade. Eu estava nesta Câmara em 2008, não era Vereador, quando foi aprovada aqui uma lei do então Ver. Sebastião Melo, uma semana antes da eleição de 2008, que tratou da restrição da circulação de veículos de tração humana e veículos de tração animal. O senhor conhece bem a história, sabe que essas pessoas vivem disso, um universo de pelo menos 6 mil pessoas e suas famílias vivem dessa atividade, inclusive com reconhecimento no código oficial de profissões – a profissão de catador é uma profissão. E existe uma lei federal, conhecida como política nacional dos resíduos sólidos, que justamente cria uma política de incentivo a esses catadores, a esses agentes ambientais, dispensando-os, inclusive, de licitação – é um dos poucos casos na lei das licitações em que há uma dispensa de licitação em caso de contratação direta de associações e cooperativas de catadores e catadoras. Portanto, o que a lei nacional indica? Uma política de fomento, de fazer do resíduo um valor econômico e fazer disso uma fonte de renda para milhares de famílias da nossa Cidade. E o primeiro passo é esse, permitir que essas pessoas possam trabalhar. Mas o que nós percebemos, inclusive impulsionados pelo Executivo? Ações contrárias a isso, ações criminalizantes daqueles que fazem um serviço para a Cidade sem cobrar nada, que deveriam ser pagos para fazer essa atividade, e não uma criminalização, apreensões de seus equipamentos e uma falta total de política – no caso aqui se chamava até então, não se manteve o nome, de Todos Somos Porto Alegre.

Neste último minuto, além de lembrar aqui que há um trabalho de educação ambiental permanente, concordo com o Ver. Adeli, que falou que precisamos de pelo menos dois espaços para que as pessoas saibam nitidamente que um lugar é para o seco e outro para o molhado, para falar vulgarmente aqui. Precisamos de dois tipos de contêineres – em Caxias é assim, nem vou lembrar aqui de todos os Municípios que já têm dois contêineres. Se não for assim, não passa a mensagem clara para o cidadão e a cidadã.

Por fim, temos um projeto, Secretário Ramiro Rosário, também Vereador licenciado, que deverá ser votado na próxima quarta-feira, que é uma política de incentivo à compostagem caseira e doméstica. Os colegas Vereadores que quiserem acompanhar, esse tramitou, foi alvo de pedidos de várias diligências nos últimos três ou quatro anos. É muito curioso que alguns projetos tenham que ficar três ou quatro anos tendo que esperar

as diligências do Município, mas elas vieram, e os pareceres do Executivo, do DEMHAB, nenhum contrário, todos concordamos, não destoam com a nossa política, alguns lembram que já tem alguma coisa dentro do Executivo. Acho que é uma oportunidade de o Executivo comemorar conosco a aprovação desse projeto para que a Cidade pare de produzir tanto resíduos e pare de ter que transportar daqui até o aterro, fazendo 120 quilômetros por dia, para transportar os resíduos da nossa Cidade. Então, de uma certa forma, um pedido de apoio a esse projeto de parte do Executivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Professor Wambert está com a palavra.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sra. Presidente, colegas Vereadores, colega Vereador Ramiro Rosário, Secretário dos serviços públicos do Município de Porto Alegre. Quero começar agradecendo à Secretaria de Serviços Urbanos por, prontamente, atender os nossos Pedidos de Providências, inclusive, hoje na praça.

(Aparte antirregimental.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Os meus são atendidos, graças a Deus, e por isso estou agradecendo prontamente. Sr. Secretário, o nosso reconhecimento. Uma sugestão. Quis o povo de Porto Alegre que eu fosse legislador e não gestor, mas estamos aqui para contribuir, fiscalizar e sugerir. O bem comum é o bem de todos e de cada um, e quanto mais todos usam o bem, mais ele é de todos. Então, a minha sugestão é que as principais vias da Cidade, aquelas que todos os porto-alegrenses usam, como as grandes avenidas, que elas tenham uma atenção especial, sem desprezar as praças e as ruas de bairro. Ver. Camozzato, o que é o bem comum? O bem comum tem uma tríplice natureza. Ele tem uma natureza real, uma natureza midiática e uma natureza teleológica. Teleológica, porque ele é o fim da sociedade política, nós estamos aqui porque existe o bem comum. Ele é um conjunto de coisas, ou seja, tem uma natureza real: a estrada, a parada de ônibus, o mobiliário urbano são bens comuns, até pelo próprio direito privado, que trata de bens dominiais, bens públicos, etc. Tem, também, uma natureza midiática, ou seja, é um conjunto de meios. Um exemplo é a ordem pública. A ordem pública é um bem comum

imaterial e inestimável. Nesse conceito de bem comum, com toda a ética política que me preocupa, nesta tribuna, em sugerir, existem bens que são muito mais comuns pelo tamanho e pelo agrupamento de porto-alegrenses que se servem deles. Os grandes parques, como o Marinha do Brasil, a Redenção, o Moinhos de Vento, o Germânia e tantos outros precisam de uma atenção – o último é privado, mas só para dar um exemplo de um bem comum –, e são muito comuns. Quanto mais comum um bem, mais ele é de todos.

A minha sugestão, Secretário, é que se tenha uma periodicidade, uma atenção, sem detrimento, evidentemente, dos logradouros que atingem populações menores, mas que esses, que toda a Porto Alegre precisa deles, tenham uma atenção na capina, porque o mato, realmente, está tomando conta da Cidade. Sabemos das dificuldades que a Prefeitura passa, sabemos que o verão contribui, mas eu tenho dito a vários gestores... Na gestão passada, quando ouvi que a culpa era do verão, foi a resposta mais ridícula que ouvi, na minha vida, de um gestor público. Disse que nós tínhamos mato na Cidade porque era verão. Bom, nós temos verão todo ano, então, a Cidade tem que se planejar para isso.

O outro tema que eu quero tratar, lastimavelmente me excedi na primeira parte, é o lixão da Zona Norte. Nós não podemos mais, Secretário, nenhuma administração mais pode fechar os olhos para aquilo que é um dos maiores crimes ambientais já perpetrados na história do Brasil, coberto de grama, ninguém vê, porque está lá na cabeceira da pista do aeroporto, ali na Av. Severo Dullius. Dificilmente, nós vamos ampliar o aeroporto sem retirar aqueles milhões de toneladas de lixo que estão lá, é uma preocupação antiquíssima minha. Há 40 anos que aquilo está lá no solo, e o chorume, dá para ver pelo Google, Presidente, escorre direto para o rio Gravataí, impacta a água do Rio Gravataí. Isso dá para ser visto pelo Google: o chorume do lixão da Zona Norte escorrendo para o Rio Gravataí, impactando e mudando a cor da água. Nós bebemos chorume há 40 anos! Esse rio está coberto como um tapete, é a sujeira de baixo do tapete verde. Não podemos passar mais quatro anos, esperar acabar o Governo sem dar atenção para aquilo. É o meu apelo, para que a Prefeitura de Porto Alegre atente para uma solução sustentável para retirar aquele lixão dali. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje; Vereadoras e Vereadores; Secretário Ramiro Rosário, que comparece nesta tarde para nos falar sobre o seu trabalho à frente da Secretaria; Ver.^a Mônica Leal, que no momento preside a Sessão. Creio que frente à exposição que o Secretário fez no início desta nossa Sessão, nós obviamente temos que concordar que há uma necessidade real e urgente de fazer uma devassa em todos os contratos estabelecidos e firmados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nós, como Legisladores desta Casa, na Legislatura passada, que findei ocupando uma dessas cadeiras durante os últimos dois anos, nos envergonhamos bastante com algumas notícias terríveis para a nossa Cidade, que causaram rombos no orçamento de Porto Alegre. Uma delas, era com relação ao pagamento de empresas que não prestavam o serviço de desobstrução de bueiros, lançando serviços executados, em alguns casos, em número maior do que o número de bocas de lobo de uma rua – o que é inaceitável. Portanto, esse tipo de controle é fundamental e precisa ser feito. Obviamente, a nossa contrariedade no início da atual gestão frente ao Executivo, com a reestruturação administrativa que esta Cidade teve, foi com o viés de contribuirmos para a manutenção dos serviços prestados à nossa população. Eu, assim como o Ver. Aírto Ferronato, nesta tribuna, alertei que em alguns aspectos a reestruturação administrativa seria catastrófica para a nossa Cidade. Mais uma vez, nós tivemos, ontem, um lamentável cenário. Em uma chuva de curta duração, e boa parte da nossa Cidade ficou submersa, as ruas transformaram-se em rios, e a população, pega de desprevenida, ficou assolada, sem ter o que fazer, com veículos em pane pelas nossas vias. O despedaçamento do DEP foi alvo das nossas críticas, e o seu desmembramento foi colocado de forma muito clara e taxativa por este Vereador que aqui se manifesta, de que traria consequências severas e negativas para a nossa Cidade. Portanto, essa é uma das áreas que cabe parte do trabalho do DEP – Departamento de Esgotos Pluviais, que está sob a sua responsabilidade; portanto, nós precisamos que haja maior dedicação e trabalho por parte das suas equipes para que esses eventos não tornem a acontecer. É claro que o descaso com a área ambiental, que muitas pessoas, inclusive indivíduos presentes nesta Casa Legislativa fazem pouco caso, contribuem para isso. A pavimentação sem controle das

vias urbanas diminui a permeabilidade do solo, aumentando esse tipo de impacto no nosso dia, e uma chuvinha, de alguns minutos, teve um impacto severo, pesado e extremamente danoso para a nossa população.

Eu gostaria de alertá-lo também, Secretário, com todo o respeito, que estou acompanhando os trabalhos não apenas da Secretaria de Educação, que é uma área que me é muito sensível no Município de Porto Alegre, mas também os trabalhos justamente da sua Secretaria, por conta desse alerta que eu havia feito. E estou acompanhando, também, alguns contratos, pregões eletrônicos, principalmente com dispensa de licitação. Percebi que a sua Secretaria está firmando um contrato emergencial de dois caminhões com hidrojato para desobstrução de tubulações de esgoto pluvial. Nós tivemos, se não me engano, há dois anos, técnicos da Prefeitura prestando esclarecimentos nas Comissões desta Casa Legislativa após eventos como este de ontem. Os técnicos afirmaram que a Prefeitura tem hidrojatos. Nós temos o equipamento que presta esse tipo de serviço, então a contratação desse tipo de equipamento por empresas privadas é um desperdício de dinheiro para a nossa Cidade. Se for verdade o que larga, aos quatro ventos, o Prefeito desta Cidade, nós precisamos ter responsabilidade com o dinheiro, porque o Prefeito não perde oportunidade de pintar um quadro caótico. E, se a Cidade está contratando equipamento que já tem, isso é rasgar dinheiro público, o que é um desrespeito com o dinheiro dos contribuintes. Eu peço que o senhor dê atenção a isso. Vamos continuar acompanhando os pregões eletrônicos, principalmente os que dispensam licitação. Um grande abraço. Estamos aí, trabalhando pela nossa Cidade.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTA (Mônica Leal): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, Secretário Ramiro Rosário; queria aproveitar para fazer um balanço da política de terceirizações. Há muito tempo falávamos que a terceirização dos serviços essenciais significa o desmonte da prestação dos serviços, flexibilização de direitos e piora na qualidade dos serviços prestados à população. Porto Alegre começou um processo de terceirização dos serviços há muitos anos. É um debate que venho fazendo ao longo dos anos aqui, a ponto de termos, em Porto Alegre, em determinados momentos, cinco contratos com empresas

diferentes para capina, varrição, coleta seletiva domiciliar, coleta seletiva especial e coleta dos resíduos orgânicos. Nesse mesmo período dos cinco contratos, sem nenhuma centralização desses serviços. Nós tivemos o cúmulo de a empresa do conhecido Carlinhos Cachoeira prestar serviço à cidade de Porto Alegre, que só foi interrompido por uma denúncia do PSOL – à época o meu colega Pedro Ruas, que agora é Deputado Estadual, e eu, aqui nesta tribuna, falamos da inidoneidade da empresa, e depois, de fato, foi sustada, com a contratação em 2011, quando houve as denúncias. Na época nós dissemos: “Estás fazendo um desmonte deliberado do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, os caminhões pequenos que permitem a coleta dentro de comunidades não entram mais”, à medida que o DMLU foi perdendo a sua frota. É preciso contratação, concursos públicos para que haja renovação do quadro e, ao mesmo tempo, a lotação de servidores. Nós temos muitos servidores qualificados dentro do quadro do DMLU que querem – ampla maioria, óbvio – seguir com a educação ambiental, como falou o Ver. Carús, querem seguir com a questão da separação adequada dos resíduos, essa educação necessária, ou mesmo as políticas como o Bota-Fora. E querem fazer mais.

Nesse balanço, estamos vendo a que fim se chegou. Primeiro, sobre essa questão dos contratos, obviamente, houve aqui, na minha opinião, uma piora ainda maior com a nova Administração. Acho que a situação da capina é catastrófica, Secretário. O senhor falou do contrato com uma das empresas que havia sido rompido por falta de pagamento, uma das duas que prestavam, nesse caso, o serviço da capina, a Ecopav. E nós estamos vendo um desmonte completo da situação na Cidade. Acho que todos acompanham nas praças, nos logradouros públicos o aumento do tamanho e da necessidade da capina, a reclamação do povo diante disso. E falta de pagamento também é uma opção política. Mais opção política é seguir aprofundando a terceirização. Mais opção política é não fazer um planejamento adequado, mesmo do processo de licitação, não é nossa política. Mas, sendo a política que vocês defendem, todos sabem que uma licitação não se faz em um mês, demora dois meses, muitas vezes, três. Nesse caso específico, há uma trajetória trazida aqui de contestações jurídicas, mas que fez, na verdade, aumentar essa bola de neve. Essa bola de neve que os porto-alegrenses estão pagando nesse momento.

Queria perguntar ao Secretário sobre a questão da Cootravipa. Nós sabemos que há um contrato com a Cootravipa ainda em vigor, vários, mas estou dizendo da capina, não só da coleta. Está em vigor até 23 de outubro de 2018, pelo Portal Transparência, se não me

engano, ou 04 de janeiro de 2019. Foram aditados acho que de praças, mesmo assim estamos vendo uma ausência da prestação de serviço da capina em relação às praças. Então, a pergunta é justamente sobre o rigor desses serviços e o porquê de esses contratos não terem sido utilizados pelo DMLU, nos últimos meses, para capina, roçada, parques, praças e outras áreas públicas, de forma a não permitir a interrupção do serviço, porque, durante dois meses, o serviço foi interrompido – foi amplamente divulgado, nos jornais, nos grandes veículos de comunicação, que nós inclusive acompanhamos –, se o senhor concorda que faltou planejamento ao DMLU de forma a evitar a interrupção dos serviços da capina e roçada das ruas de Porto Alegre, o que obviamente nós achamos que é uma das características deste Governo.

Por fim, eu tenho insistido muito, Secretário, com a questão do DMLU, da necessidade de investir os recursos do Código Municipal de Limpeza Urbana, da aplicação das multas, na gestão pública e, ao mesmo tempo, valorizando o nosso órgão público para garantir que haja, sim, mais limpeza urbana, mais separação adequada dos resíduos. Hoje, lamentavelmente, nós temos um percentual de menos de 10% de todos os resíduos gerados em Porto Alegre que voltam a partir do processo de reciclagem. E nós temos, ao mesmo tempo, o desmonte dos galpões. Todos os recicladores e catadores que trabalham com esse tipo de trabalho, tão precário no sentido de que é um trabalho enorme e os salários são baixíssimos, nos galpões, estão reclamando, além da questão da ausência dos equipamentos de proteção, etc., da diminuição da carga enviada pelos caminhões da coleta seletiva a esses galpões. E por quê? Não só pelo desmonte do DMLU, mas também pela ausência da educação ambiental, que a gente tanto clama, também pela separação inadequada dos resíduos. A gente precisa conscientizar e garantir que cada vez haja mais educação, desde as escolas até a sociedade, de uma forma geral, de como separar adequadamente esses resíduos. Sobre a centralização da coleta seletiva dos orgânicos em bairros centrais e na totalidade da Cidade, outras cidades já fizeram o seguinte: orgânicos para um lado e seco para o outro, para que não haja essa confusão que a gente sabe que existe. Há moradores que colocam lixo seco no lixo orgânico, e isso acaba dificultando a coleta.

Eu agradeço pelo tempo e quero reforçar que esta política de terceirização tem mostrado, por um lado, a falência em 2018, em Porto Alegre, somada à ausência de planejamento

que nós estamos vendo, além desta política de plantar o caos para tentar ajustar os direitos da população. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Mônica Leal; Secretário Ramiro, que é sempre muito cordial, muito solícito. Sei que não tenho o mesmo entendimento que o Wambert, mas não devo ter acertado as demandas. Que sacanagem! (Risos.) Secretário, quero separar a forma cordial, a forma presente e preocupada com que V. Exa. assumiu essa função, mas tenho críticas que preciso fazer sobre o tema dos serviços. Eu vou exemplificar e trabalhar o tema.

Sobre a questão das podas e cuidados com árvores, cito a Escola Estadual Tubino Sampaio. Uma escola que está com uma árvore condenada, está só no tronco, pelo jeito com muito risco para 900 alunos. A escola já pediu providências, e a SMAM disse: “Vocês têm que tirar.” E não foi olhar. Eu liguei para o 156, porque essa é a orientação que nós temos. Qual foi a minha surpresa? O 156 não deixou eu registrar. A atendente disse: “Não, não. Vocês têm que providenciar um biólogo ou um engenheiro ambiental.” E ainda me deu *sites* para procurar, porque teríamos que encaminhar o laudo para a SMAM. Primeiro, eu não entendi: houve mudanças? Sempre foi assim: a SMAM ia lá para autorizar ou não a poda, para dizer se a árvore estava ou não condenada. Não me deixaram. Eu fiz a ligação, fiquei esperando: “Você é a décima quarta...” Eu faço porque nós precisamos saber se funciona. E essa é a orientação. Não me deixou registrar, nem pedir. A Tubino é uma escola estadual. Hoje estão começando as aulas para 900 alunos, e eu não consegui uma solução, estamos fazendo uma mediação, tentando falar com o Secretário. Eu queria saber: houve mudança de orientação? Nós estamos com menos pessoal? Não temos condição de dar nem a orientação técnica?

Eu já imagino que os entes federados deveriam providenciar juntos. Não consigo imaginar gestão estadual, municipal ser tão fragmentada e não colaborativa, como se vê em outras situações. Vamos lá, digamos que não deu para fazer essa parceria, mas a SMAM não tem condição de ir lá? Deslocar um técnico para nos dar uma opinião, para dizer: “Olha, tem que retirar mesmo, tem que isolar essa área.” Porque é no pátio, e há 900 alunos

hoje lá iniciando as aulas. Então: qual é a orientação sobre o tema podas e sobre retirada de árvores com risco, ou que as pessoas consideram em risco?

Em segundo lugar, sobre o tema da água. Eu quero pedir desculpas, Secretário, porque não pude ouvi-lo, realmente tive que atender a um grupo de pais e mães de uma escola bastante longe e foi no intervalo do meio-dia. Sobre a água, ontem a Cidade Baixa estava intransitável – as vias entre Lima e Silva, Patrocínio ou Alberto Torres, às 20 horas, e isso a gente vê em todos os lugares. O que a gente percebe é que nós estamos com uma drenagem cada vez mais complicada, não flui, não está escoando lugares onde a gente não tinha visto ainda, é bastante preocupante. E quero aqui fazer ressalvas, o Secretário está atendendo muito bem, fazendo um grande esforço aqui na região do 4º Distrito, temas que levamos para a Secretaria, um problema crônico, sério. Mas o tema é serviços. A limpeza constante das bocas de lobo, a orientação para que nós não vivamos o que vivenciamos ontem.

Terceiro, sobre a coleta seletiva. O que está acontecendo com a seletiva? Estamos em uma mudança de contrato ou é o controle? Porque eu sou zelosa sobre o tema da seletividade. Na frente da minha casa tem contêiner, nós primamos lá em casa, o nosso condomínio, para terças, quintas e sábados colocar o lixo e acompanhar. E não é uma nem duas vezes que eu amarro de novo, porque passam as pessoas, os moradores de rua abrem, recolhem, mas não vem. Já aconteceu e acontece toda a semana. Na semana do carnaval, não foi no sábado, não foi na terça e na quinta não foi também. Então não passam. Eles pulam datas. Que providência nós estamos tomando? Nós pagamos por serviço, nós pagamos por coleta, por peso? Como é que é isso? Porque é um serviço que não está sendo prestado a contento.

A minha última questão, para encerrar, Ver.^a Mônica Leal, são críticas gerais, e aí eu tenho inúmeras matérias, os buracos, enfim, qual é a sua avaliação? É pela falta de recursos da Prefeitura ou é a nova estrutura? Eu vou repetir porque o senhor estava atendendo à presidência. Na sua avaliação, isso se deve mais à falta de recursos que a Prefeitura vem vivendo, essa crítica generalizada que está na Cidade, dura, sobre lixo, sobre buracos, sobre água, ou é a nova estrutura que ainda não está regulamentada, ou é a burocratização excessiva que em alguns temas a gente tem recebido como informação que tem que passar pela Procuradoria, que não sei o quê? A que se deve essa descontinuidade e essa condição tão precária que está na prestação de serviços: nova

estrutura, recursos ou burocracia? Eu queria ouvir de V. Exa. para a gente poder atuar com mais clareza. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Secretário Ramiro Rosário está com a palavra para as considerações finais.

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Presidente Mônica, vou buscar ser breve, alguns temas levantados por alguns Vereadores terão por respostas, sem sombra de dúvidas, algo que contemplará outros Vereadores, até porque muitas das pautas se coincidem. O Ver. Adeli fez um questionamento sobre os resíduos sólidos. Vereador, nós já tivemos a oportunidade de conversar. Porto Alegre está sendo pioneira no Brasil, na estruturação de uma parceria público-privada para a questão dos resíduos sólidos. A Caixa Econômica Federal selecionou seis cidades no Brasil para se fazer projetos pilotos da estruturação de PPPs de resíduos sólidos. Das seis cidades selecionadas, temos Porto Alegre, que é a maior delas. E o que nós queremos, enquanto Administração, cidade, é propor que seja incluída, nessa parceria público-privada, toda cadeia do lixo, desde a sua coleta até o seu destino final. Se o consórcio vencedor, se o parceiro privado quiser investir, inclusive, em novas tecnologias de destinação final, poderá fazê-lo. Queremos também implementar nessa PPP – e a PPP nos permite muito mais do que a Lei 8.666, que é a Lei de Licitações e Contratos – cláusulas de estabelecimento de metas de redução, por exemplo, de focos de lixo ou de iniciativas, como essa que o Senhor nos colocou, de termos, muito especialmente na região central da Cidade, aquele modelo que o Senhor, eu e os porto-alegrenses queremos ver, como é o caso de Paulínia, que contém pontos específicos para evitar com que esses contêineres acabem se transformando numa pequena unidade de triagem, no seu entorno, devido à situação dos carroceiros e carrinheiros.

Com relação ao Ver. Oliboni, digo que nós já finalizamos em todas as escolas municipais de ensino infantil e já estamos nas EMEFs realizando a roçada, a limpeza e a capina na frente desses estabelecimentos. Isso foi tratado, há um tempo, com o Secretário Adriano, e o nosso foco tem sido esse, sim. Então, já finalizamos, tenho acompanhado isso e recebo os relatórios, inclusive, das escolas que estão sendo atendidas. E qualquer

reclamação pontual por um serviço mal executado pode ser encaminhado para que possamos apurar os responsáveis.

Comentei também com o Ver. Oliboni, que o Bota-Fora não foi extinto, Ver. Carús; pelo contrário, é uma grande iniciativa que deve ser continuada, e agora, na quinta-feira, amanhã, temos o primeiro Bota-Fora do ano, e isto é divulgado, a programação, inclusive, para que os senhores possam auxiliar, comunicando essas comunidades, auxiliando nessa parte da educação ambiental e na solução efetiva do problema dos resíduos nessa comunidade, muito especialmente as mais vulneráveis.

Ver. André Carús, gostei muito da sua fala, Vereador, não há disputa de quem fez certo ou errado, não é este o intuito de trazer aqui a realidade, como o senhor bem colocou. Existe um peso muito grande ao gestor quando é forçado, é preciso realizar contratos emergenciais, e isso nós devemos tratar com a maior transparência possível e buscar evoluir e realmente encaminhar os bons contratos. O Ver. Carús falou dos alagamentos, outros colegas aqui mencionaram isso. A realidade é que Porto Alegre tem um déficit estrutural de drenagem urbana gigantesca. Existe um estudo realizado pela última gestão, inclusive, Ver. Moisés, que aponta que, para todas as intervenções necessárias – isso inclui serviços e obras, grandes obras de macrodrenagem – para que Porto Alegre possa funcionar perto do ideal em drenagem urbana, seria necessário investimento de R\$ 3 bilhões. Obviamente isso está muito longe, muito além de qualquer possibilidade seja do Governo Municipal, Estadual ou Federal, muito menos de realizar o investimento desta monta. E mesmo que fosse possível, se tivéssemos agora R\$ 3 bilhões para investir na drenagem da Cidade, logisticamente e tecnicamente seria inviável, porque a Cidade simplesmente paralisaria, pararia a Cidade. Nós temos redes totalmente insuficientes, redes que não receberam manutenção adequada ao longo não de governo X ou Y, mas ao longo de décadas. O DEP existia desde a década de 70, e a situação da Cidade, ao longo dos anos, agravou-se, então não é a questão da reforma administrativa que está fazendo com que Porto Alegre alague. Porto Alegre alagava, alaga e seguirá alagando enquanto não tivermos grandes investimentos de estrutura, de infraestrutura de drenagem urbana e obviamente rigor, fiscalização, controle e uma estratégia clara da conservação desses espaços.

Temos avançado muito nesta situação, em relação às nossas casas de bombas, por exemplo, quando assumimos, das 88 bombas, 40 funcionavam. Nós ainda estamos com

déficit gigantesco nas nossas casas de bombas. Nós temos conseguido aos poucos realizar, seja através de contratos próprios ou até com a iniciativa privada, parceria da iniciativa privada, algumas pequenas grandes obras, alguns pequenos grandes feitos. E eu uso como exemplo sempre a casa de bombas nº 5, na Av. Voluntários da Pátria, em frente à Vila Farrapos. O Ver. Luciano Marcantônio tem uma influencia forte na região, conhece a região, e a Associação dos Empresários dos Bairros Humaitá Navegantes realizou no último ano investimentos de R\$ 125 mil, que não é muita coisa talvez para o todo do Município na questão de orçamento, mas que conseguiu, além de dar essa contribuição financeira de recurso, fazer com que nós vencêssemos a burocracia, que é a licitação, a contratação desse tipo de serviço de manutenção. E tem realizado na casa de bomba nº 5 esse investimento, e nós temos observado: chuva após chuva, grandes eventos meteorológicos que nós temos na Cidade, que o número e a gravidade dos alagamentos na Vila Farrapos, não apenas na questão da reforma da casa de bombas nº 5, mas também de uma série de intervenções preventivas que foram focadas, inclusive, mencionadas pela Ver.^a Sofia Cavedon, na região do 4º Distrito, isso tem amenizado, sim, muito a questão dos alagamentos ali nos Bairros Humaitá Navegantes.

Quem subir a esta tribuna ou quem sentar numa cadeira de Secretário e disser que vai solucionar os problemas dos alagamentos da Cidade está mentindo. A questão de drenagem urbana da Cidade hoje é para investir e focar, é para amenizar o impacto real, que, infelizmente, o cidadão porto-alegrense vive a cada episódio de chuva maior. Alguns dos senhores, ao falar dos alagamentos, mencionaram o evento de ontem. Ontem, eu acompanhei todo o evento, toda a chuva, diretamente do Ceic, o Centro Integrado de Comando da Capital, monitorando, averiguando os problemas que aconteceram na Cidade, inclusive coordenando o trabalho de reação das nossas equipes. Felizmente, não tivemos maior número de quedas de árvores, como foi o caso do *downburst*, aquele evento meteorológico que ocorreu nas vésperas do carnaval, onde tivemos cerca de 70 árvores que caíram na Cidade devido ao forte vento, ontem foi apenas uma. E também as próprias equipes de reação na questão dos alagamentos, de intervenções emergenciais que possam ser feitas para amenizar isso durante a tempestade, durante da chuva.

Ontem nós tivemos 34 milímetros num curto espaço de tempo. É uma chuva elevada, e, com o sistema de drenagem que nós temos na Cidade, Ver.^a Sofia, não há condições, realmente, de que não tenhamos e não enfrentemos esse tipo de problema. Então, é

fundamental que a Câmara de Vereadores saiba disso, que o déficit estrutural de drenagem urbana em Porto Alegre é gigantesco. E vou repetir: não é culpa do governo X ou Y, foram décadas de falta de investimentos, de decisões equivocadas que nos trouxeram a essa realidade de hoje e que estamos buscando superar.

Em relação às divisões específicas, em relação à conservação, manutenção dessas redes pluviais, das casas de bombas, isso é responsabilidade nossa, Ver. André Carús. Em relação a investimento, à infraestrutura, está sob responsabilidade da Secretaria do nosso colega Elizandro Sabino, a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade. E tem conseguido avançar muito, também não é algo de agora. Com o PAC da prevenção, por exemplo, com o esforço dos técnicos da área de drenagem, conseguiu-se superar diversas etapas, para que tenhamos uma obra importantíssima, que é a grande obra de macrodrenagem do arroio Areia. Ela vai contemplar 14 bairros desde a região da Av. Nilo Peçanha, por onde desce com força a água das áreas de morros mais elevadas, até os bairros São João e Santa Maria Gorethe, que, na minha opinião, são hoje os bairros que mais sofrem com alagamentos. A casa de bomba Sílvio Brum, por exemplo, é um símbolo do nosso déficit de drenagem. Das sete bombas previstas para funcionar ali na sua construção, hoje apenas uma bomba funciona de forma satisfatória. Estamos reformando uma segunda e conseguimos algumas bombas menores submersas, inclusive com o empréstimo da Corsan e do DMAE para manter o nível do poço baixo, mas muito longe do ideal. Então essa obra de macrodrenagem, já anunciada pelo Prefeito Néelson Marchezan, que foi a Brasília garantir esse recurso com o então Ministro das Cidades Bruno Araújo, deve, segundo a própria previsão da Secretaria Municipal de Infraestrutura, neste semestre já avançar.

O Ver. Marcelo Sgarbossa disse que houve um descuido flagrante na Cidade com relação à capina. Não sei se ele estava aqui no momento da minha explanação, ele não está agora também. O Vereador veio à tribuna e disse que havia um descuido flagrante com relação à capina, mas acredito que ele não tenha ouvido a parte inicial do nosso comparecimento.

Com relação aos carrinheiros, temos fiscalizado muito a coleta clandestina do lixo. Essa é uma reclamação que a Ver.^a Fernanda Melchionna trouxe a respeito, disse ela, dos desmontes das unidades de triagem e que o resíduo reciclável não está chegando às unidades. Nós estabelecemos parcerias não só com a fiscalização do DMLU, mas

também com a própria Brigada Militar, que tem autuado e fiscalizado essa parte da coleta clandestina, que acaba, bem da verdade, furtando, recolhendo o resíduo reciclado deixado pelo cidadão no horário e no dia certo, e a coleta seletiva passa por aquela rua, e já não tem mais o que recolher. Ao longo dos últimos três meses, Ver. Marcelo Sgarbossa, nós tivemos 40 kombis recolhidas apenas pelo 11º Batalhão de Polícia Militar da nossa Brigada Militar, junto com o DMLU, inclusive alguns dos casos com pessoas sem carteira de habilitação, porte irregular de armas, pessoas com antecedentes criminais, e uma delas foi presa. Então, há, infelizmente, com relação à coleta clandestina da nossa Cidade, um vínculo, um elo com outras formas de irregularidades e infrações do dia a dia do cotidiano da própria Brigada Militar, por isso é tão importante realizarmos esse tipo de fiscalização.

O que acontece – sei que o senhor esteve à frente deste debate – com os carrinheiros e as pessoas que passam pelo Centro Histórico, justamente pela disposição equivocada das pessoas sobre o resíduo reciclável em nossos contêineres? Aquelas áreas acabam se transformando numa pequena unidade de triagem, e eles fazem isso na rua, aí acaba o próprio resíduo orgânico se misturando e fica espalhado nas ruas e praças do Centro Histórico. Quem conhece ali ao lado do Santander, em frente à Praça da Alfândega, ali é um dos pontos mais críticos, e basta bater um vento que esse resíduo todo é espalhado, e a constatação de sujeira no nosso Centro acaba sendo aprimorada. Sobre essa pauta, estamos, inclusive, para as próximas semanas, com um projeto para apresentar à sociedade porto-alegrense, mas mais do que isso é a nossa parceria público-privada, capitaneada – a sua estruturação – pela Caixa Econômica Federal, que também abordará esse tema.

O Ver. Wambert falou do lixão da Zona Norte, e eu peço que possamos levar esse assunto à Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, para que se possa evoluir, porque essa política de resíduos é uma das prerrogativas da SMAMS, junto com o Secretário Maurício Fernandes, que é um grande parceiro.

O Ver. Prof. Alex Fraga comentou sobre os caminhões hidrotrato. O antigo DEP e a nossa Secretaria têm caminhões hidrotrato, que estão fora de operação; convido-o para conhecer esse maquinário. E aí eu entro um pouco numa questão mais direta com a Ver.^a Fernanda Melchionna, que falou do desmonte do serviço público e da terceirização. O fato de nós termos a compra desses equipamentos acaba se transformando num ônus gigantesco, e

mostra agora que, para consertar esses equipamentos, o valor é inviável. Antes eram contratos diferentes. A antiga gestão tinha um contrato de hidrojateamento e o contrato de manutenção de redes pluviais. Nós unimos esses dois contratos, porque os serviços, muitas vezes, se complementam. Então, é uma forma até de buscar com que haja uma otimização dos recursos próprios do contrato e a execução mais eficiente desse serviço, unindo as turmas de conservação e de manutenção pluvial com o próprio serviço do caminhão hidrojato, e é contratado não somente ele, mas também a equipe que envolve a sua operação, como motoristas e por hora.

Com relação à terceirização, Ver.^a Fernanda Melchionna, o DMLU tem 400 garis no quadro, já na casa dos 60 anos e que não têm condições de realizar o serviço para o qual eles prestaram concurso; não têm mais condições de estarem na rua fazendo os serviços próprios de gari, e a municipalidade paga os seus salários, a municipalidade pagará inclusive os seus direitos – que bom que assim o têm – depois de suas aposentadorias, mas nós temos 400 garis em desvio de função. Então, Ver. Ricardo, não é terceirização, nós temos uma especialização; a especialização do serviço para que se possa bem contratar aquilo que vai corresponder à municipalidade, para aquilo que vai corresponder à necessidade real das pessoas. Se nós precisamos de um perfil de pessoa para executar determinado serviço, nossa contratação é com uma empresa que esteja qualificada e apta a prestar esse serviço e bem executá-lo para a cidade de Porto Alegre.

A Ver.^a Sofia fez um questionamento com relação às árvores. Vereadora, desde 2014 Porto Alegre não tem o serviço terceirizado de podas e supressões de árvores. Nós temos, na verdade, a realização desse serviço por servidores do quadro, como estávamos falando antes, que a prestam, diga-se de passagem, de forma hercúlea. Eles estão nas ruas atendendo. Boa parte das situações são emergenciais, boa parte das situações é de árvores que já caíram. Nós temos orgulho de viver numa cidade arborizada, mas boa parte dessas nossas árvores, desses nossos vegetais está totalmente comprometida. Agora, neste sábado, por exemplo, caiu uma timbaúva de 20 metros de altura no bairro Higienópolis, caiu de podre, de podre. Então, o que está sendo feito com relação a isso? Além de nós termos a própria busca de otimizar e de dar melhores condições às equipes da casa, recentemente conseguimos uma doação da empresa Stihl no valor de R\$ 200 mil em novos equipamentos – roçadeiras, motosserras, motopodas –, foi uma doação muito importante da empresa, para que se pudesse qualificar o trabalho dessas equipes

próprias. Nós temos agora, no dia 5 de março, Prof. Alex – é fundamental que vocês auxiliem, fiscalizem, porque isso também é papel do Vereador, os pregões, as licitações, as contratações emergenciais –, a licitação do serviço terceirizado de podas e supressões de árvores. Sempre lembrando, obviamente, que a situação financeira – e acho que aí já entro na resposta à Ver.^a Sofia – é o principal fator, o que mais contribui para que não se possa fazer mais, aprimorar a qualidade dos serviços. Ela tem, inclusive, impactado diretamente na continuidade e na qualidade dos serviços prestados.

O Ver. André Carús mencionou que, quando estava no DMLU, serviço de praças, já havia a identificação da crise financeira, já havia a questão dos recursos regendo a vontade e a tomada de atitude do gestor. O contrato, por exemplo, precisou ser revisto e diminuído. Isso tem acontecido e seguirá acontecendo enquanto a cidade de Porto Alegre não se revisar e decidir qual é o tamanho da máquina pública que cabe dentro da cidade real. Por isso é tão importante que a Câmara de Vereadores prossiga com o bom debate, de uma forma muito clara, muito transparente, ouvindo a vontade das pessoas, que querem serviços melhores em todas as áreas, em todas as pastas. Mas, para isso, nós precisamos, além de cortar as despesas, saber utilizar os recursos. Contamos com a Câmara de Vereadores para que os projetos encaminhados pelo Executivo possam ser discutidos, possam ser aprovados, para que nós possamos botar os pés no chão, parar de enxugar gelo e pensar realmente na Cidade do futuro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Secretário Ramiro Rosário, agradeço muito o comparecimento. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (15h57min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Em nome da nossa Bancada, composta pelos Vereadores Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e Adeli Sell, eu queria dizer da nossa – nem posso dizer da grande surpresa, porque já era previsto – indignação ao perceber que o Governo Municipal, o nosso Prefeito Nelson Marchezan, continua insistindo na ideia da privatização dos serviços públicos importantes da nossa Cidade. Não foi por acaso que ontem, numa reunião com o empresariado e quatro Vereadores, se não me engano, ele dizia que não tem como manter as empresas públicas Carris, Procempa, FASC, Mercado Público e tantas outras. Lamentavelmente, percebemos que o Governo Marchezan não tinha conhecimento da enorme responsabilidade que teria em ser o gestor da cidade de Porto Alegre quando participou das eleições municipais.

Nós temos uma empresa como a Carris, fundada em 1872, com 146 anos de história, que surgiu na época dos bondes. O Prefeito Villela – na época era regime militar –, que se tornou Vereador e Deputado, Ver.^a Mônica, naquela ocasião percebeu o quanto era importante ter uma empresa pública para ter o controle do sistema do transporte coletivo em Porto Alegre. Naquela ocasião, segundo dados do *site* da própria Carris, Porto Alegre tinha 44 mil habitantes, e hoje, Bosco, são 1.480.000 habitantes. Com 30 linhas transversais na Cidade, nós ouvimos um governo dizer que a saída é a privatização. Nós instituímos aqui na Casa, há poucos meses, uma Comissão que foi se debruçar sobre vários projetos de isenções ou de subsídios para o transporte coletivo em Porto Alegre, e percebemos que a questão fundamental dessas empresas públicas é a falta de gestão. Por que o Município de Porto Alegre não busca algumas alternativas viáveis, como os recursos das multas de trânsito, das multas do próprio sistema do transporte coletivo pelo não cumprimento dos horários, como os impostos pagos pelos taxistas, pelo Uber, pelos parquímetros, e cria um mecanismo de poder colocar dinheiro na Carris, se for o caso dos R\$ 50 milhões de déficit anual? Mas vender uma empresa pública dessa natureza, para nós, é um ataque à população, na medida em que a população está indignada com o preço da passagem do ônibus, e agora os empresários querem 12% de reajuste. Enquanto os rodoviários receberam 1,85% de reajuste, os permissionários acham que devem aumentar 12%. Lamentavelmente, mais uma vez, querem onerar a população que mais precisa, o trabalhador que utiliza o transporte público da nossa Cidade.

Poderia falar aqui da Procempa, poderia falar da FASC, que hoje acaba absorvendo toda a assistência social da nossa Cidade. Sabemos nós que qualquer empresa pública,

qualquer empresa privada quer ter lucro, e, se não tiver lucro, não tem o mínimo interesse. Lamentavelmente o Marchezan precisa repensar seu Governo, porque a falta de gestão está clara e precisa. Ele diz que a única saída, Ver.^a Sofia, é a privatização, Ver. Marcelo. É obvio que não concordamos; vamos fazer o possível para que esta Casa se debruce em comissões especiais, em dialogar com os servidores, traga os servidores aqui, inclusive faça manifestação pública para que esta empresa, a Carris, não seja vendida. Ela já foi uma empresa pública premiada, nacional e internacionalmente, em 1999 e em 2001, a melhor empresa pública de transporte público do Brasil. Agora, temos um Governo que quer privatizar esse serviço. Lamentavelmente não dá para aceitar certas posições muito radicais, atingindo a população que mais precisa. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Antes de iniciar minha fala pela oposição, representando o PSOL e o PT, dois partidos de oposição identificados na Casa, formalizados, inclusive, como bloco de oposição, não posso deixar de comentar a fala do Secretário Ramiro, justamente afirmando sua política de criminalização das pessoas que mais precisam, ou seja, gaba-se aqui por ter feito apreensões dessas pessoas que estão... Obviamente, Ver. Carús, muitos desses podem ter envolvimento com o crime, assim como podemos fazer uma batida na Rua Padre Chagas, onde encontraremos muitos empresários envolvidos com o crime. Então, acho que as generalizações não servem nesse caso, o que me parece foi um pouco a linha do Secretário Ramiro, exaltando aqui as apreensões que fez, ou seja, criminalizando a pobreza.

Como bem colocou o nosso Líder do Partido Oliboni, do PT, o Prefeito Marchezan mais uma vez se reúne com os empresários – para ele, quem tem que administrar a Cidade é a imprensa, são os políticos e os empresários, o Prefeito esquece sempre do povo. E ele coloca aqui, não é nenhuma novidade, a questão da Carris, ele já vem falando há muito tempo. Eu faço aqui um comparativo: é como tivéssemos um Prefeito ou uma Prefeita comunista que, no dia seguinte, começasse a estatizar todos os meios de produção. É

mais ou menos isso o Governo Marchezan, totalmente descolado da realidade, quer aplicar uma teoria fazendo tábula rasa nas questões reais da sociedade. Então, quando digo isso, estou dizendo que não adianta impingir a nós, os partidos de esquerda, de que, por exemplo, somos contra sempre às PPPs. Não, a força da sociedade é importante, eu mesmo acabei de dizer para o Secretário Ramiro que ele tem que convocar a população para auxiliar na limpeza da Cidade. Então, não vamos cair nessas generalizações e simplificações da política.

Mas o Prefeito Marchezan, nessa fala de 38 minutos aos empresários, uma fala de arrepiar, volta a falar novamente da privatização da Carris – o que não é nenhuma novidade, fala isso desde o início do seu Governo –, fala da Procempa. Ele não tocou muito nesse assunto, mas, talvez, tenha este ano foco na Procempa. E ele fala incrivelmente da FASC. Um Prefeito que inclui a FASC como um órgão que dá prejuízo, eu quero aqui afirmar, Ver. Cassiá, não sabe o que faz um Prefeito! Não pode, não tem justificativa nenhuma! Já não tem no transporte público, um direito de as pessoas circularem na Cidade. Sobre uma Companhia de Processamento de Dados, poderíamos discutir, mas uma Fundação de Assistência Social tem que dar lucro no final do mês? Está aqui na matéria, está na sua fala, inclui a FASC como mais uma que dá saldo negativo. Eu não sei se o Prefeito já ouviu falar em direitos, em serviço social, no sistema de serviço social. Aliás, o Município deixa de receber recursos por não se adequar ao SUAS. E, por não se adequar à política nacional, deixa de receber recursos. Marchezan abre mão de recursos para quem mais precisa por não querer se adequar a uma política nacional de assistência social. Porto Alegre, em muitos lugares, se equivoca em pensar somente no abrigo dessas pessoas que moram na rua.

Então, realmente, é repudiante. Eu acho que nós temos aqui um instrumento, que é a Moção de Repúdio, Ver. Oliboni. Parece-me que aqui cabia perfeitamente repudiar isso, o conjunto inteiro da Câmara repudiar, a não ser que os Vereadores não circulem pela Cidade e não encontrem uma pessoa em vulnerabilidade social extrema, dormindo não só embaixo do viaduto. O nosso Presidente Valter viu com seus próprios olhos, mas quem circula diariamente sabe que não é só no Viaduto da Av. Borges de Medeiros. Realmente estamos vivendo um colapso social, e o Prefeito aqui dizendo que vai privatizar porque não dá lucro. Sinceramente, Marchezan não sabe o que é ser prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Aproveito para registrar um agradecimento às minhas queridas colegas taquígrafas da Casa, que gentilmente me encaminharam estas pimentas aqui, símbolo de sorte e proteção, sabendo que amanhã eu entro em licença médica para uma cirurgia que desejo que corra tudo bem. Agradeço a gentileza das nossas colegas taquígrafas. Muito obrigado.

(16h11min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 152/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 152/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, à Emenda nº 01 ao PLL nº 021/17.

Aprego as Emendas nº 02 e nº 03, de autoria do Airto Ferronato, ao PLL nº 182/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 182/16 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Surgiu um problema delicado, eu vou ter que me ausentar. Solicito a retirada do PLCE nº 011/11 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento): Sr. Presidente, por solicitação do Ver. Cláudio Janta, que não se encontra, eu faço o Requerimento para a retirada do PLL nº 012/16 e o PLCL nº 009/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 152/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras. Este projeto tem a minha relatoria na CCJ e ensejou um debate extremamente importante, profícuo sobre o papel do Vereador e da Comissão de Constituição de Justiça. Nós estamos tratando aqui, como disse recentemente o Ver. Alex, de uma discussão sobre a separação dos Poderes. No passado, lá quando Montesquieu trabalhou a ideia de separação dos Poderes, o Poder Executivo não legislava. Todas as iniciativas eram prerrogativas do Legislativo. Muitas questões nesse âmbito, em vários países europeus, eram de iniciativa do legislador, o órgão legislador, ou seja, do Legislativo.

Aqui há um problema apenas, talvez, de redação, Ver.^a Sofia, só fui me dar conta posteriormente, pois o entendimento do Vereador era, exatamente, onde já existem equipamentos postos, um deles sobre o processo de adaptação. Na verdade, o Vereador não está dizendo que a Prefeitura terá que fazer, que implementar. Então, há talvez um pequeno problema de redação, e eu estou colocando essa questão aqui, pois ensejou de nossa parte um debate sobre o poder e os limites da legislação. Esse que é o verdadeiro debate. Posteriormente quero discutir com V. Exa um projeto meu que tem a sua relatoria, na sua Comissão, exatamente sobre o poder que você tem de legislar, até onde você vai com essa questão e o papel que tem essa comissão no sentido de o projeto tramitar ou não tramitar.

Então, houve essa discussão na nossa Comissão, houve apenas um voto contra. Eu vi que há posições díspares em outras Comissões, mas acho que isso enseja, na verdade, um grande debate sobre essa questão dos processos de iniciativa dos Vereadores que atingem de, uma forma ou de outra, o Executivo Municipal. Eu acompanhei V. Exa., Ver.

Camozzato, em alguns projetos, pelos quais estão sendo feitas revogações, porque está ocorrendo uma invasão de competências legislativas, inclusive de leis já existentes, mas que, na verdade, Ver. Ricardo Gomes, se tornaram letra morta. Dias atrás, inclusive, fizemos um longo debate na CCJ sobre esses procedimentos, e essa é uma discussão que tem que ser feita sem passionalismos, pois, se entrarmos nos passionalismos, não vamos a lugar algum.

Aqui é uma Casa Legislativa, e o Ver. Valter tem insistido, inclusive em algumas falas suas, as quais eu subscrevo, de que temos que demarcar claramente o papel do Legislativo. Tenho dito isso sobre algumas falas do Sr. Prefeito Municipal. O titular do Paço Municipal não pode achar que ele é o único, não; ele é um poder importantíssimo que temos, eleito pela população, tem um mandato popular para ser Executivo, mas, se quiser acabar com uma Fundação, tem que passar pela Câmara Municipal; se quiser acabar com uma empresa, não vai conseguir – não é, Ver. Oliboni? – com a Carris, mas teria que passar pela Câmara. Ainda mais que o Brizola, lá no passado, fez o caminho inverso: a iniciativa privada não deu conta, ele foi lá, estatizou, e ela está nos servindo em praticamente um quarto de todas as linhas da Cidade. Este é um grande debate: até onde vai o papel efetivo do Legislador, do Vereador, que não invada competência exclusiva do Executivo, e onde temos uma atividade, em última instância, concorrencial. Voltando para os clássicos, na verdade aqui nós podemos resgatar novamente Montesquieu, que é o parlamentar, o Vereador, o Legislativo fazendo as devidas correções e as devidas investidas acerca do Executivo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Mônica. Obviamente, sou completamente a favor do critério técnico. Entendo que é um critério, uma especificação para uma política pública, exatamente, Ver. Adeli, função deste Legislativo: dar conformidade, dar forma, dar especificação a políticas públicas. Nós já vivemos um embate muito forte na

Legislatura passada sobre o tema de brinquedos adaptados nos *playgrounds* das escolas, Prof. Alex, e eu havia feito uma emenda a uma lei que já existe, da presença de brinquedos adaptados. Por isso não estou entendendo esta lei, para mim isso já existia. E o Prefeito, na época, vetou a minha emenda, dizendo que a SMED já fazia, que eu não quisesse querer cantar... Era bem esta a expressão de vários Vereadores: “A Ver.^a Sofia quer cacarejar em cima de ovo que já foi feito por outrem”. E eu dizia que queria que se tornasse norma a iniciativa se há uma escola do Município se tornando norma para todas as escolas. Afinal, nós estamos com crianças cadeirantes, com deficiência, e muitas escolas – aliás, a maioria das escolas – não tem, Paulo Brum, brinquedos adaptados para as crianças com deficiência. E não teve jeito, esta Casa não derrubou o veto, e assim não há investimentos em adaptar brinquedos para as crianças com deficiência.

O Ver. Professor Tóvi está propondo isso para as praças, e vou votar a favor. Acho que deveríamos fazer, coletivamente, uma emenda para as escolas. Mas eu estou fazendo uma emenda de uma outra dimensão. Eu estava um dia numa comunidade, e os pais me chamaram desesperados, porque uma criança tinha sofrido um acidente num brinquedo adaptado, porque o vai e vem para cadeirantes é mais baixo, e é óbvio que as crianças que não usam cadeira de rodas vão usar o brinquedo quando não tem uma criança com deficiência. O que aconteceu? Uma criança caiu, e o brinquedo veio e bateu na cabeça da criança, tirou um naco, a criança estava na UTI, seriíssimo. Então, os brinquedos adaptados não têm a ergonomia com previsão de segurança para crianças que não estão usando cadeira de rodas, por exemplo. Então, é preciso que haja um alerta muito grande, uma advertência aos pais, às crianças na pracinha ou onde estiverem, com o cuidado com esse tipo de brinquedo.

Eu acho que a gente deveria colocar essa emenda na lei, porque todo o benefício pode trazer questões muito graves. Essa criança não morreu por detalhe, porque estavam empurrando o balanço com muita força, e a batida foi terrível. Quero pedir o apoio para que pudéssemos fazer essa emenda. Eu aprendi uma máxima com a luta das pessoas com deficiência: na verdade, não são as pessoas que têm deficiência, são as políticas públicas, o meio ambiente, os equipamentos que são deficientes quando não são suficientes para todas as pessoas, com limitações ou não. Portanto, essa lei trata em tornar os equipamentos menos deficientes. Enquanto não se atender a todos com as suas especificidades, teremos uma sociedade limitada e deficiente.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Venho à tribuna para discutir um projeto de lei de autoria do Ver. Professor Tóvi, pessoa por quem tenho grande estima, somos amigos há muito tempo, inclusive dei aulas para sua filha. Esse é um projeto bastante simples, mas que poderia qualificar espaços físicos da nossa Cidade para pessoas que também são cidadãos, também devem exercer seu direito à cidadania, como, por exemplo, o direito ao lazer. Infelizmente, como muito bem destacado na tribuna anteriormente, a nossa Cidade não conta com espaços qualificados e seguros para crianças e adultos portadores de deficiência.

O projeto, no seu art. 1º, determina a instalação de, no mínimo, um aparelho de ginástica adaptado ao uso exclusivo por pessoas com deficiência em parques e centros comunitários do Município de Porto Alegre. Eu estava ali na minha mesa, buscando as informações de quantos parques e centros comunitários existem em nossa Cidade, porque nós temos uma grande quantidade de praças, mas as praças não estão referidas aqui no projeto do Ver. Tóvi, são parques, e nós temos, oficialmente, oito parques espalhados em toda a nossa Cidade e nos centros comunitários, que totalizam sete. São quinze espaços públicos em uma cidade com a extensão da Capital dos gaúchos. O projeto prevê a instalação de um equipamento em quinze espaços públicos!

É um projeto modesto, extremamente modesto. A Cidade deveria avançar muito mais no debate e na instalação desse tipo de equipamento, peça. Portanto, eu venho à tribuna dizer que não apenas esse projeto merece ser aprovado e implementado em nossa Cidade, como ele também precisa ser aprofundado.

Em janeiro, época do nosso recesso, eu fui com a família para um município muito pequeno, no litoral sul de Santa Catarina, chamado Balneário Gaivotas. O Balneário Gaivotas poderia ser considerado um bairro de Porto Alegre, e lá todos os espaços possíveis contam com equipamentos de ginástica para pessoas com deficiência. É terrível! Onde está o exercício da cidadania aos munícipes da nossa Capital? Essas pessoas precisam, sim, ter acesso ao transporte público, não apenas com uma pequena

percentagem da nossa frota com acessibilidade. E, diga-se de passagem, a Carris, que o Prefeito muito ataca, é a empresa que apresenta o maior percentual de ônibus com acessibilidade. O fato de ele abrir uma guerra contra essa empresa pública, obviamente, vai precarizar ainda mais o acesso dos deficientes ao transporte público. E é isso que nós estamos tratando. Estamos tratando de garantir direitos básicos, direitos elementares, como o direito ao lazer, o direito ao esporte às pessoas que não têm os seus direitos ou a possibilidade de usufruir deles. Portanto, somo-me aos Vereadores que já subiram à tribuna para manifestar publicamente o seu apoio ao projeto de lei que está para votação e também já vou adiantando o meu voto: voto favorável. A iniciativa é extremamente meritória e a nossa Cidade precisa avançar na garantia de direitos às pessoas com deficiência. Um grande abraço a todos e um bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, público das galerias, venho aqui defender o projeto de autoria do Ver. Professor Tóvi, nosso suplente a Vereador pelo REDE. É um projeto bastante simples, Ver. Paulo Brum, no qual o Ver. Professor Tóvi, que é professor de educação física, funcionário da Prefeitura, concursado da FASC, tem toda uma relação com o esporte e com as praças de Porto Alegre, faz um projeto de lei preocupado principalmente com os deficientes. Quem conhece os equipamentos que nós temos hoje nas praças públicas vê a dificuldade do deficiente, daquela pessoa que tem alguma deficiência, muitas vezes, de praticar algum tipo de esporte ou utilizar as academias ao ar livre nas praças. Então, com preocupação como Vereador e professor de educação física, o Professor Tóvi faz a colocação de que pelo menos, dentro das possibilidades do Município, um dos equipamentos dessas academias seja híbrido, que possa ser utilizado tanto pelas pessoas sem deficiência como pelo deficiente físico. Se pesquisarmos isso na internet, veremos que existem equipamentos em que, por exemplo, o cadeirante pode chegar, levantar o banco do equipamento, entrar com a cadeira e conseguir fazer o exercício no mesmo equipamento do outro cidadão. Então, é algo bastante simples, mas, se ele não

puder recolher o banquinho, ele não consegue encostar a cadeira de rodas e utilizar o equipamento. Na verdade, é só uma adaptação de alguns equipamentos. Ele coloca “pelo menos, um equipamento”, não é a praça toda. Ainda mais: ele não está dizendo que a Prefeitura tem que reformular todas as academias existentes nas praças, é para as novas academias ao ar livre. É para que a Prefeitura tenha a preocupação de colocar, pelo menos, um equipamento híbrido. Acho que é um avanço. Não deveria nem precisar de lei, já deveria ser uma preocupação, mas, infelizmente, não foi assim. As academias ao ar livre são um avanço, as pessoas utilizam, nós conhecemos várias academias, junto delas, tem as explicações de como se utilizam os equipamentos. Certamente, no momento em que tiver um equipamento híbrido, será colocado ali como utilizar esse equipamento.

É uma lei que não causa nenhum prejuízo para o Município, não causa nenhum gasto novo, é simplesmente ter o cuidado para as novas academias terem, pelo menos, um equipamento híbrido.

Colocamos uma emenda tirando as responsabilidades, o que determina, a gente propõe que o Município faça isso. Na verdade, vai servir de alerta ao Município para que tenha um cuidado que já deveria ter tido com as pessoas com alguma deficiência física, para que elas possam utilizar essas academias.

Também tivemos o cuidado de colocar que, quando for contrapartida, também as empresas coloquem um dos equipamentos híbrido. Isso não vai elevar demasiadamente o custo, simplesmente é uma forma de alertar o Município de algo que já deveria estar sendo feito, que é ter o cuidado de ter equipamentos que sirvam para a população como um todo, de buscar igualdade, para que todas as pessoas no nosso Município possam utilizar as academias.

Eu acredito que é um projeto bastante simples, a gente já conversou com o pessoal da Procuradoria, para evitar qualquer prejuízo para o Município. Procuramos adaptar o projeto, eu acho que é um projeto simples, que vai trazer uma harmonia maior para as pessoas portadoras de deficiência de algum tipo nas academias ao ar livre.

Contamos com a aprovação desse projeto. Em nome do Ver. Professor Tóvi, pedimos que os Vereadores tenham um olhar atento para esse projeto importante para a nossa Cidade.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLL nº 152/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 152/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. ALVONI MEDINA: Boa tarde, Presidente Mônica Leal; colegas Vereadoras e Vereadores; pessoas que nos assistem aqui nas galerias e pela TVCâmara. Também quero trazer aqui a emenda que fizemos, concordando com a implantação desse equipamento nas praças e acrescentando uma observação, porque os equipamentos têm que ser para todos, independente de ser uma pessoa portadora de deficiência ou não, dando condições de acesso aos idosos e deficientes. Não adianta colocarmos equipamentos nas praças sem darmos condições de acesso a esses locais. Então, na minha emenda consta: "A presente emenda tem como objetivo possibilitar às pessoas com deficiência condições necessárias para poder utilizar e alcançar de forma efetiva, com total segurança e autonomia, o protagonismo da sua vida. Para isso é imprescindível a iluminação de barreiras e obstáculos que limitem ou acabem impedindo o acesso". Esta é a minha emenda para que todos possam utilizar os equipamentos com segurança. Peço a aprovação dos nobres colegas para esta emenda também. Agradeço o carinho e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu acho que este projeto do Ver. Professor Tóvi é simples, inclusive, ele economizou no projeto, mas tem mérito. Ele definiu claramente (Lê.): "Determina [aí começa o problema] a instalação de, no mínimo, um aparelho de ginástica adaptado ao uso exclusivo por pessoas com deficiência em parques e centros comunitários no

Município de Porto Alegre”. E o art. 2º diz (Lê.): “Os parques e os centros comunitários deverão conter placas informando a existência do aparelho referido no art. 1º desta Lei”. Quer dizer, nós não vamos colocar um aparelho dentro de uma praça, só por colocar. Eu acho que aí o Ver. Mauro, que é do mesmo partido do Tóvi, que teve uma ideia muito boa, começa a acrescentar... Só não fez um substitutivo porque não quis, porque o tamanho das emendas e do projeto é o de um substitutivo. Mas para não descaracterizar, entendo a sábia inteligência e o interesse de não desprestigiar o colega, e o fez muito bem, trouxe algumas ajudas. Quem vai votar contra colocar um aparelho? O que mais pedem para nós é que as praças tenham vida. E vida também são várias atividades, Ver. Wambert, automaticamente, colocando um aparelho... Há um outro problema. Eu quero dizer, claramente, que eu vou votar a favor, porque é bem-vindo este projeto, mas o Ver. Mauro começa aqui, nessa emenda, a regravar, a organizar, a definir aquilo que é possível. Ver. Bosco, V. Exa., que foi Secretário, sabe que não basta só colocar um aparelho na praça, tem que ver quem é que vai fazer, quem é que vai controlar, quem é que vai orientar. Isso é importante. O Ver. Mauro, no seu último item: “Havendo adoções dos espaços públicos...” Eu acho que é bem-vinda a adoção, a Prefeitura não vai conseguir fazer tudo, mas aí vem o detalhe que eu citei anteriormente: quem é que vai organizar? Talvez uma associação que cuide a praça, que cuide o parque, possa entrar na parada e começar a orientar e administrar, porque a Prefeitura não terá condições. Nós temos que ser bem sucintos.

E, mais adiante, a Emenda nº 03, do Ver. Alvoni, traz a questão, muito bem salientado aqui, completa o raciocínio do Ver. Mauro, com a do Ver. Professor Tóvi, que já existia, porque naturalmente a instalação em praças, parques tem que pensar na questão da acessibilidade. Não basta colocar um aparelho ali, quem vai orientar a acessibilidade, explicar como funciona? Então, vou votar, Vereadores João Bosco, Mauro, Tarciso, nós que somos do esporte, favoravelmente, para que depois possa ter uma orientação, abrindo uma brecha para realmente a sociedade privada colaborar com a Prefeitura, quem sabe, e com o munícipe naquela praça ou parque, mas há necessidade de orientação. Não basta colocar o aparelho, porque nem todo mundo tem a capacidade de entender como é que o aparelho funciona. Quando vê, tem uma criança utilizando, Ver. João Bosco, isso acontece; quando vê, tem uma pessoa idosa que não tem orientação; quando vê, estão quebrando. Então, vou votar favoravelmente porque tem um regramento

mais perfeito no sentido de beneficiar a sociedade. Acho que depois a Prefeitura pode regradar melhor no que diz respeito à elaboração e à conclusão desta lei, para que a Secretaria de Esporte do Município tenha a possibilidade de orientar e, automaticamente, melhorar as condições. Vou votar favoravelmente porque é um caminho, é um início, Ver. Prof. Alex Fraga, para contemplarmos a sociedade que precisa fazer exercício, caminhar, ter aparelhos, mas com uma coordenação e, quem sabe, uma orientação de uma associação do bairro, complementando esse trabalho. Vou votar favoravelmente; peço aos Vereadores que assim o façam, porque é um caminho de colocarmos, no mínimo, um aparelho. Esse aparelho híbrido dará condição para que todos participem, desde que tenham conhecimento e entendam como é que ele funciona. Obrigado, Sra. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 152/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tudo já foi dito aqui sobre a importância desta iniciativa. Eu voto favoravelmente a este Projeto do meu amigo e parceiro, Ver. Professor Tóvi; na realidade, temos muitas dificuldades aqui em Porto Alegre de ter espaços públicos. Nós só temos duas academias ao ar livre, uma na Redenção e a outra, muito mal colocada pela SMAMS, na curva da Av. Beira-Rio. E agora o Ver. Mauro Pinheiro, numa parceria aí, conseguiu colocar mais uma academia na Praça México.

E por que tem pouca academia? E eu fui Secretário de Esportes. Porque apareceu um patrocinador de uma multinacional com a intenção de equipar a Cidade com essas academias em troca da sua marca. Só que essa multinacional nunca tratou com a Secretaria de Esportes, ela preferiu tratar com a SMAMS. E aí, no momento de assinar o convênio, a parceria, o contrato lá, a SMAMS queria que a SME e eu assinássemos como responsáveis, inclusive cível e criminalmente, ao que me neguei, é óbvio. Por quê? Exatamente pelo que o Ver. Cassiá falou aqui, essa multinacional queria espalhar a marca dela por toda a Porto Alegre, com as academias, mas não colocava o professor, não colocava o técnico, não colocava nada! E hoje a Prefeitura está correndo o risco de alguém se machucar gravemente ali, ou acontecer coisa mais grave, e a Prefeitura ter de

responder criminalmente, porque é um espaço público aquilo ali. E eu passo ali na Redenção todos os dias e, muitas vezes, nessa academia que foi colocada na curva, que é um perigo, repito. Então, tem aquela roda lá, aquelas pessoas rodando sem orientação nenhuma, daqui a pouco, vão tirar o ombro fora do lugar. Tem pessoas de idade lá fazendo um aparelho que não podem fazer. Então, é exatamente por isso, tem que ter uma parceria? Agora, o parceiro também não pode ter só o bônus, ele tem que ter o ônus. “Ah, não, eu vou instalar a academia”. Fizeram. E aí, até que a SMAMS se deu conta da maneira que funcionava e passou a não permitir mais que se instalassem as academias. E eu já falei antes, Ver. Mauro, que o senhor agora, numa parceria, conseguiu lá na Praça México, para se fazer isso.

Então, esse projeto do Ver. Professor Tóvi é bom, voto favoravelmente, mas temos essa preocupação da orientação de como usar a academia. E aí não vale só, Ver. Paulo Brum, para os PPDs, esse é o relato que faço aqui também para as pessoas que usam a academia ao ar livre sem ter orientação. E a Prefeitura está correndo risco, já correu risco no Governo do PT, no Governo do Fogaça, no Governo do Fortunati e agora no Governo do Marchezan, porque tem pessoas que nem podem fazer exercício, por orientação médica, mas vão lá e fazem. Então a Prefeitura corre o risco de, criminalmente, ser responsabilizada por algo grave que aconteça. Mas eu voto favoravelmente e espero que os órgãos públicos consigam mais parcerias e que os parceiros assumam, de fato, tudo que é preciso para funcionar com tranquilidade essas academias ao ar livre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 152/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 152/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 152/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 04, ao PLL 152/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato.

Em votação o PLL nº 152/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com voto contrário do Ver. Felipe Camozzato.

Em votação o Requerimento nº 199/17. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 199/17, como autor.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha das galerias, sei que esta Casa já tem um número extenso de frentes parlamentares. Este Vereador preside a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Homem, mas não poderia deixar de propor essa frente para essa causa tão bonita e tão importante que é o caso da prematuridade. Também há um projeto de minha autoria, que é a lei que estabelece o Dia Municipal da Prematuridade, e este é um tema que vem sendo discutido cada vez mais na Cidade, nas capitais e, principalmente, em Brasília. Esse tema é decorrente do Senado, da Câmara, lá também há frentes parlamentares sobre esse assunto. Eu acredito que Porto Alegre deveria também ter o direito de poder discutir e passar para a sociedade a importância do tema da prematuridade, uma vez que a prematuridade é uma das maiores causas de mortalidade infantil. E nós temos que estar atentos a isso. Hoje quem não conhece pais, mães que tiveram filhos prematuros e que sabem a dificuldade, o trabalho, o transtorno e a dedicação que precisam ter em casos de filhos prematuros. Então, gostaria de pedir o apoio dos Vereadores, não para aprovar a Frente, pois acredito que será aprovada, mas para participar, para levar conhecimento, para levar discussões. Nossa Legislatura tem quatro, cinco médicos e vereadores que são ligados à saúde e sabem da sua importância, assim como a COSMAM, que tenho certeza de que vai participar e contribuir muito para com o debate dessa Frente Parlamentar. Então, colegas Vereadores, peço o apoio a essa Frente. E, repito, espero mais do que apoio, espero a participação de cada um de vocês nesse tema tão importante, tão delicado, pois essa causa é justa, é bonita e pode fazer a diferença na vida de uma criança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 199/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero, evidentemente, encaminhar favorável à criação da Frente. O Ver. Mendes Ribeiro traz esse debate aqui para a Câmara de Vereadores e tem uma experiência nesse sentido, nessa área de atuação, e falou sobre a importância das frentes parlamentares. O Vereador começou falando da quantidade de frentes que a Câmara tem, e são muitas de fato, mas muitas cumprem um papel fundamental, como eu creio que podem e devem cumprir. Nós temos a Frente Parlamentar de Defesa do DMAE, que vai ser instalada amanhã, às 14 horas, depois de um debate. Temos também a Frente Parlamentar de Incentivo ao Livro e à Leitura, que tenho a honra de presidir; a Frente Parlamentar de Combate à Violência; a Frente Parlamentar de Combate à Violência nas Escolas, de iniciativa do Ver. Alex.; a Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos; a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, do Ver. Oliboni. Então, há um conjunto de frentes que cumprem um papel fundamental. Quero desejar que esta Frente cumpra seu papel, vou estar à disposição, na medida do possível da agenda, para ajudar nessa luta.

E também quero aproveitar esse minutinho para dizer que estão conosco os representantes da Associação Gaúcha dos Escritores fazendo um debate do Adote, vários Parlamentares estiveram conversando, temos aqui representantes desse debate que será enfrentado na segunda-feira, os que puderem receber o manifesto em defesa do livro e da leitura, é fundamental, porque nós temos, lamentavelmente, um veto à literatura na Emenda nº 086, assinada por vários Parlamentares e vetada pelo Prefeito Marchezan. O Programa Adote um Escritor atua com 15 mil crianças e adolescentes, envolvendo a comunidade escolar no ano inteiro, garantindo aquisição de acervo às bibliotecas e o encontro do escritor que é muito importante para trabalhar a literatura dentro da escola, mas, sobretudo, para ganhar novos leitores, e a gente sabe da importância do livro e da leitura na formação da população, dos cidadãos, na busca pela cidadania, Ver. Tarciso. Estou muito preocupada com esse veto, estamos lutando para derrubar, é um programa que existia há 20 anos, passou por vários governos, a média de investimentos era de R\$ 1 milhão para que cada escola pudesse ter uma verba de R\$ 8 mil a R\$ 9 mil para comprar acervo, para levar as crianças à Feira do Livro, para fazer o encontro com o

escritor, e, no ano passado, teve um corte, e ficou em R\$ 150 mil apenas. Várias escolas não puderam ter o Adote um Escritor, várias não foram à Feira do Livro, crianças pobres que muitas vezes não conseguem, com suas famílias, ter essa importante participação na Feira do Livro, e a partir desse trabalho nas escolas elas conseguiam – no ano passado não foi possível. A nossa emenda colocou R\$ 400 mil. Nós sabemos que o ideal é R\$ 1 milhão, mas entendendo os argumentos de que seriam muitos recursos, nós colocamos R\$ 400 mil como uma sensibilidade dos Parlamentares, o que foi amplamente apoiado por esta Casa, e, de maneira autoritária, vetado pelo Prefeito Marchezan. Independente de ser da situação ou da oposição, nós sabemos que é uma emenda desta Cidade, não é uma emenda desta Vereadora, foi assinada por vários Parlamentares, temos vários aliados do livro e da leitura aqui, Ver. Tarciso e outros, a gente gostaria de pedir a derrubada do veto para que possamos garantir um programa que foi premiado várias vezes no Brasil como um dos principais programas de leitura e que foi desmontado no ano passado. Esse programa formou vários escritores, formou vários leitores e tem sido espelho para várias capitais, infelizmente onde nasceu está sendo desmontado. Na Feira do Livro, tivemos um ato que reuniu escritores de todo o Brasil apoiando o Adote um Escritor, tem depoimentos na página do Adote um Escritor, muitos escritores conhecidos de todos que estão mandando o pedido aos Vereadores e Vereadoras, e o pleito às Cidades que não investem na leitura, que se corte de áreas desnecessária, supérfluas e aí eu sei que temos opiniões diferentes entre nós, não quero entrar nas polêmicas aqui, mas que sigamos investindo na cultura, no livro e na leitura. Na segunda-feira, nós vamos enfrentar esse veto, temos aqui representantes da Associação Gaúcha dos Escritores, para que a gente possa... O Alexandre Brito, sim, escritor, ele está representando a Ages, mas o nosso Presidente da Ages é o Christian David; o Vice-Presidente, o Antônio. E, no ano passado, a Patrona da Feira do Livro apoiou o Programa Adote um Escritor; e também outros vários patronos, o Dilan Camargo e outros tantos escritores da nossa Cidade que têm nos ajudado nessa luta. A professora Inara também está aqui conosco. Quero agradecer a paciência dos Vereadores para essa Frente tão importante que estou debatendo, estimando que as duas Frentes sejam vitoriosas. Que a Frente do Ver. Mendes Ribeiro seja aprovada por unanimidade e que o veto da outra Frente seja derrubado na segunda-feira. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 199/17.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, colegas Vereadoras e Vereadores; o Ver. Mendes Ribeiro, já no ano passado apresentou um conjunto de iniciativas parlamentares que foram por nós aprovadas, inclusive, fazendo alguns movimentos bastante inovadores, e isso me agrada tremendamente. Agrada-me essa ousadia de tratar alguns temas que estão aí e, às vezes, a gente não trata com a devida força e a devida determinação. Então, eu vou apoiar, vou incentivar e quanto possível estarei presente nas atividades.

Na esteira da minha colega Fernanda Melchionna, eu também quero lembrar que não nos adianta aqui termos uma Frente Parlamentar se há um desdém da Administração Pública Municipal. Quero aproveitar aqui a presença dos nossos escritores, daqueles que defendem o livro, a literatura, a leitura – não é Fernanda, que é a nossa bibliotecária mor aqui? Nós somos uma Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura. Como agora o Ver. Mendes propõe essa Frente que vai discutir a questão da prematuridade, nós queremos que, na segunda-feira, nós possamos manter a posição majoritária desta Casa que é a manutenção dos R\$ 400 mil no orçamento. Depois, quando chegar o orçamento, nós vamos checar quais os valores que já estão ou não nessa questão para tratar das mães das crianças prematuras. Na segunda-feira, nós queremos tratar daquilo que nasceu bem e está dando fruto, que é o livro, que precisa crescer, florescer.

Portanto, aqui tem o meu inteiro apoio. E, na segunda-feira, estaremos aqui novamente de prontidão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação o Requerimento nº 199/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.** Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PELO nº 005/17.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Governo Municipal quer alterar, na verdade, um conjunto de dispositivos da nossa Lei Orgânica. O primeiro deles é o art. 94 inciso XXXII, ele pretende ter 120 dias, após a data da posse, para apresentar o Plano Plurianual. Aí eu digo o seguinte: se a pessoa se elegeu prefeito municipal, tem que ter um plano de metas! Isso aqui é inaceitável! Nós não podemos deixar de discutir. Os Vereadores vão ser engambelados pelo Poder Público Municipal! Mas que história é essa? O sujeito se elege prefeito municipal e precisa de quatro meses para apresentar o Prometas! Mas ele não apresentou, na campanha eleitoral, metas? Ele não prometeu? Prometas – prometeu metas! Mas que história é essa? É um acinte, uma afronta, é uma fraude – uma fraude! Eu falo alto, uso palavras duras, porque é preciso ser duro com o Governo incompetente que até hoje não disse a que veio, e agora quer aumentar para apresentar a sua proposição! Mas o que é isso? Então o plano de governo não vale nada! Não vale absolutamente nada! Estão brincando conosco? Não! Nós vamos fazer uma discussão profunda. Para alterar a Lei Orgânica, tem duas sessões de discussão, e nós vamos discutir ponto a ponto. Isso aqui não pode passar! Isso aqui é um atestado de incompetência, de fraude, de manipulação. Os senhores, as senhoras, meus colegas Vereadores, atentaram para essa afronta? Onde está a nossa análise para essa questão? Vai mais longe: propõe alterar o art. 121, no parágrafo 6º, inciso I, o projeto de lei do Plano Plurianual até 5 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito, o Projeto de Diretrizes Orçamentárias até 10 de setembro e os projetos de lei dos orçamentos até 25 de outubro, devendo ser votados até 5 de dezembro. Ver.^a Melchionna, 25 de outubro, ou seja, querem que a gente fique aqui com um mês e dez dias para discutir, para discutir o que senhoras? Para discutir o que senhores? O orçamento! O orçamento de Porto Alegre que nós temos que debulhar onde estão, para onde vão sete bilhões e pouco de reais, que história é essa? Que prazo é esse? Por que isso está acontecendo? O que querem, o que querem? Isso não pode acontecer! Já não basta termos a figura permanente do exterminador do presente, agora ele quer continuar para ser o exterminador do futuro! O que é isso, Ver. Luciano Marcantônio? V. Exa. está acompanhando? V. Exa. está acompanhando o que o seu Governo quer fazer conosco? O senhor inclusive participou do outro Governo! Ou o senhor mudou de opinião agora? Nós temos que discutir, não estou provocando, afinal de contas, Ver. André Carús, perguntar não ofende, ou agora

está ofendendo a Casa? Eu espero que não, Ver. Luciano. Como é que vai ficar essa história aqui? Não gente, não pode continuar.

Pessoal, o Governo Municipal tem um projeto de lei que muda a Lei Orgânica e que quer 120 dias para apresentar o Prometa, quer mais tempo para a LDO e quer nos mandar a Lei Orçamentária no dia 25 de outubro e votar até 5 de dezembro – é piada, não passará! Não pode passar, vamos defender Porto Alegre numa franca defesa da Capital dos gaúchos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Mônica, que quero discutir essa matéria numa perspectiva de dois pontos que tenho acordo em mudar as datas para dar mais prazo, que são as leis para quatro anos, Ver. Adeli, Plano Plurianual, por exemplo, porque eu acho que nós precisamos é de que o Governo honre o que diz a Constituição, que é preciso construir com o povo, porque o poder emana do povo e tem que ser exercido em seu nome. O Plano Plurianual do Prefeito Marchezan veio para esta Casa sem discussão nenhuma da sociedade, nenhuma, zero! E o Prometa, no primeiro ano, a mesma coisa. Se o problema é tempo, temos mais tempo. Nos planos anuais, no Orçamento e na LDO, eu ainda acho que, como diz o Ver. Adeli, fica muito curto o tempo, mas, nos dois instrumentos que são de quatro anos, nós precisamos que o Governo faça a discussão com a sociedade, e acho que devemos fazer uma emenda nesse sentido.

Há hoje uma tendência, infelizmente, nesse refluxo democrático, de cabo a rabo neste País, de os Governos fazerem o que a sociedade não deseja. Não perguntam para a sociedade e impõem de forma autocrática. Sobre esses temas que foram tratados há pouco pelo Ver. Adeli e pela Ver.^a Fernanda – as frentes, o Plano Municipal do Livro e Leitura, o Adote um Escritor –, eu quero dizer que nós temos um processo coletivo, nós temos uma decisão coletiva, nós temos um incremento coletivo de um orçamento, e uma pessoa, um Prefeito, sozinho, entende que não, veta, corta e pronto, Ver. Oliboni.

Hoje ao meio-dia, fui atender a um conjunto de pais e mães na Escola São Pedro, na Lomba do Pinheiro. O Secretário de Educação e a sua coordenadora pedagógica

entendem que 1.400 alunos só podem começar o ano letivo no dia 15 de abril. Não querem que comece antes, porque têm duas turmas que não terminaram o ano letivo – duas pequenas turmas! Aí precisa que essas duas turmas terminem, depois, tem que dar um mês de férias, depois, toda a escola, 1.400 alunos vão começar o ano só lá em abril. O conselho escolar não concorda, todos os pais não concordam, pediram reunião com o Secretário, argumentaram, levaram propostas, e eles dizem que não pode. Não pode, porque não pode dar aula aos sábados; não pode, porque isso; não pode, porque aquilo; não pode, porque aquilo outro. Essa autocracia, esse autoritarismo não pode voltar no nosso País, não pode! Nós precisamos de democracia.

O processo do Orçamento Participativo foi extinto em Porto Alegre, nós temos que estar de luto, porque Porto Alegre não tem mais. Ele teve por 26 anos um processo com limites, com problemas – não era virtuoso, não era maravilhoso -, mas era um processo alargado, de discussão com a sociedade, de onde saia colocações para o orçamento, do que priorizar na cidade de Porto Alegre. Agora quem decide? O Gabinete do Prefeito. Com quem? Segundo ele mesmo, Prefeito Marchezan, disse em reunião com empresários, que é uma elite política, uma elite empresarial e uma elite da mídia que vão decidir, e que é uma irresponsabilidade delegar isso aos joãos e às marias – ele disse. Nós não concordamos. São as palavras literais do Prefeito Marchezan, com as quais eu não concordo. Então, se é para dar mais tempo para democratizar o Plano Plurianual, para democratizar o projeto Prometa, acho queda para dar mais prazo, porque, de fato, o novo Governo, no início do seu ano, já apresentar o Plano Plurianual muito rápido, não permite um diálogo alargado com a sociedade. Agora, as leis anuais, não; está em tempo, está em curso e precisam ser apresentadas em tempo para esta Casa ter um bom debate sobre o tema, porque também aqui é um lugar de democratizar decisões sobre a vida das pessoas. É disso que se trata.

Então, o que está faltando é que a gente se rebele enquanto Câmara Municipal, porque estão suprimindo a autonomia, a soberania, a democracia. Quero parabenizar aqui os escritores, os professores que estão aqui lutando para garantir o Adote um Escritor. Não é para suprimir, se há um apelo na sociedade, um apelo nas escolas, um apelo na classe cultural, não será um mandatário, ungido pelo não sei o quê, que vai deliberar diferente. Democracia tem que ser uma prática, um compromisso de todos, em especial dos eleitos, porque é o lugar mais sagrado que tem, é representar a vontade do povo.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA, PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 005/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Presidente Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara. Nós estamos tratando, em 1ª Sessão, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica, que tem um rito todo especial, Ver. Cassiá Carpes, justamente por ser a principal lei que rege as questões do Município de Porto Alegre. Ela é a Constituição do Município, por isso tem um rito especial: são duas sessões de discussão, depois sessão especial de votação. Com todo respeito, Ver. Adeli, permita-me discordar da interpretação que V. Exa. fez. O senhor estava aqui, no final da Legislatura passada, quando foi aprovado o Prometa, que foi um projeto do então Ver. Sebastião Melo, desarquivado pela nossa Ver.^a Jussara Cony. Então, não temos dúvidas sobre a importância do Prometa. No ano passado, nesta Legislatura, neste mandato, tivemos o primeiro Prometa apresentado. Parece que alguns Vereadores já estão decretando quem será o próximo governante, porque nós estamos tratando aqui de um rito para o próximo governo. Em especial, o Prometa e o PPA são para quatro anos. E o que aconteceu, Ver. Adeli, nesse primeiro Prometa? O Governo tinha 90 dias para encaminhar e, logo em seguida, tinha outro projeto de PPA também para quatro anos. A equipe de planejamento da Prefeitura, não foi o Prefeito Marchezan, não foi o Secretário Parode, foi a equipe de planejamento da Prefeitura, que é quem manda, prepara, estabelece, organiza aquilo que vai ser praticado durante quatro anos, identificou que o prazo ficou exíguo, porque tinha que trabalhar paralelamente em dois grandes programas que vão ditar para quatro anos o estabelecimento das políticas, tanto orçamentárias do PPA, ou de metas, como do Prometa. Logicamente, a interação da LDO e da LOA, essa, sim, tem todos anos, uma adequação para que no primeiro ano de cada Legislatura se tenha um pouco mais de prazo para elaborar se o Prometa, em vez de 90, 120 dias, parece que é uma coisa de outro mundo, Ver. João Bosco Vaz, ter 30 dias adicionais para o Governo que vem, o vencedor da próxima eleição – a menos que alguém tenha uma bola de cristal muito bem organizada, com a bateria funcionando bem, poderá saber quem será o vencedor, e vai ser contra isso – terá 120 dias para organizar o Prometa; aí, o

PPA, que tinha o prazo em 5 de junho, também ganha 30 dias, ficando para o dia 05 de julho. E os demais prazos também têm a extensão de um mês, porque no primeiro ano não pode ter um prazo para LDO e Lei Orçamentária Anual diferente dos outros três anos subsequentes. Então, utilizar-se-á também o prazo da LDO e da Lei Orçamentária Anual do primeiro ano para os três anos subsequentes, empurrando um mês, para a próxima Administração ter tempo de se organizar. Acho que é plenamente razoável, até porque o Prometa é um instrumento novo, Ver. Luciano Marcantônio, como falei no início, é a primeira Legislatura, Ver. Felipe Camozzato, que temos a instituição do Prometa. E a partir desse estudo, Ver. Márcio Bins Ely, verificou-se que realmente era um tempo apertado.

Não vim aqui, Ver. André Carús, dar explicações, mais do que pela minha avaliação individual, de por que dar este tempo para a próxima Administração poder se organizar. Em vez de apresentar o Prometa em 90 dias, apresentar em 120 dias; em vez de apresentar o PPA até 5 de junho, ter o prazo de 5 de julho do primeiro ano da próxima Administração. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Aldacir Oliboni (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

A SRA. MÔNICA LEAL: Solicito a abertura do painel para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h30min.)